



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

JOSÉ KENNEDY OLIVEIRA DE ARAÚJO

**REFLEXÕES SOBRE A FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO: o ensino de Filosofia na
rede escolar privada de Santarém-PA entre 2005 e 2021.**

SANTARÉM-PA

2021

JOSÉ KENNEDY OLIVEIRA DE ARAÚJO

REFLEXÕES SOBRE A FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO: o ensino de Filosofia na rede escolar privada de Santarém-PA entre 2005 e 2021.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito para obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto César Lopes Rodrigues.

Linha de Pesquisa: História, Política e Gestão Educacional na Amazônia

SANTARÉM-PA

2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

A663r Araújo, José Kennedy Oliveira de
Reflexões sobre a filosofia no Ensino Médio: o ensino de filosofia na rede escolar privada de Santarém-PA entre 2005 e 2021. / José Kennedy Oliveira de Araújo – Santarém, 2021.
68 p. : il.
Inclui bibliografias.

Orientador: Gilberto César Lopes Rodrigues
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado Acadêmico em Educação.

1. Educação. 2. Ensino. 3. Filosofia. 4. Escola privada. I. Rodrigues, Gilberto CésarLopes, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 107.098115

JOSÉ KENNEDY OLIVEIRA DE ARAÚJO

REFLEXÕES SOBRE A FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO: o ensino de Filosofia na rede escolar privada de Santarém-PA entre 2005 e 2021.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito para obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto César Lopes Rodrigues.

Linha de Pesquisa: História, Política e Gestão Educacional na Amazônia

Data da defesa: 10 de dezembro de 2021

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gilberto César Lopes Rodrigues – UFOPA
Orientador e Presidente da Banca

Prof. Dr. Marcos Antonio Alves (PPGFil/UNESP)
Membro Titular Externo

Prof. Dr. Alan Augusto Moraes Ribeiro
Membro Titular interno (PPGE/UFOPA)



Universidade Federal do Oeste do Pará
Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica
Instituto de Ciências da Educação
Programa de Pós-graduação em Educação



ATA DE DEFESA

Nº 75

Ata da sessão pública referente à defesa de dissertação intitulada O ENSINO DE FILOSOFIA NAS ESCOLAS PRIVADAS DE SANTARÉM ENTRE 2005 E 2020: REFLEXÕES A PARTIR DA PERSPECTIVA DOCENTE, para fins de obtenção do título de mestre em Educação, área de concentração Educação na Amazônia, pelo discente JOSÉ KENNEDY OLIVEIRA DE ARAÚJO (matrícula 2019101075 - início do curso em 03/2019), sob orientação do Prof. Dr. Gilberto César Lopes Rodrigues.

Aos 10 dias do mês de dezembro do ano de 2021, às 15:00 horas, por meio de vídeo conferencia *Google Meet*, reuniu-se a Banca Examinadora da Dissertação em epígrafe, aprovada pela Executiva do Colegiado do Programa conforme a seguinte composição:

Dr. Gilberto César Lopes Rodrigues – Orientador Presidente

Dr. Marcos Antônio Alves - Membro titular externo

Dr. Alan Augusto Moraes Ribeiro - Membro titular interno

Tendo o senhor Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o discente procedeu a apresentação de seu Trabalho de Conclusão e foi submetido à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

Aprovado , fazendo jus ao título de Mestre em Educação

Reprovado



Universidade Federal do Oeste do Pará
Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica
Instituto de Ciências da Educação
Programa de Pós-graduação em Educação



Observações da Banca Examinadora:

Após análise da banca decidiu-se que os seguintes ajustes são necessários no texto de modo que o depósito final ficará condicionado a execução dessas modificações sugeridas pela banca:

- Ampliar os objetivos gerais para incluir análise do sistema público municipal de educação constante no capítulo 2, seção 2.1, justificando por cojetamento com a rede privada apresentada e pela ampliação do exame à mais dimensões pertinentes ao objeto.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente ata lavrada e assinada pelo senhor Presidente da Banca Examinadora e pelo discente, atestando ciência do que nela consta.

Prof. Dr. Gilberto César Lopes Rodrigues
Orientador – Presidente

José Kennedy Oliveira de Araújo
Mestrando

AGRADECIMENTOS

À Ufopa, pela oportunidade de aperfeiçoamento acadêmico, sobretudo, nesse momento, no qual a defesa da Educação pública é uma urgência histórica.

À capes pelo provimento da bolsa, fundamental para a minha manutenção ao longo desse processo.

Ao meu orientador, professor doutor Gilberto César Lopes Rodrigues, por todo acompanhamento ao longo dessa jornada, sobretudo, pela confiança e disponibilidade nos momentos mais difíceis.

Ao PPGE e aos professores e colegas membros do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) e do Grupo de pesquisa e Estudo Indiginismo, Sociedades e Educação na Amazônia – ISSEAM- UFOPA, por toda disponibilidade e compartilhamento de conhecimento.

Aos colegas da turma de mestrado de 2019, por pela generosidade nos momentos mais delicados.

Aos professores e coordenadores pedagógicos participantes da pesquisa, por toda receptividade e confiança.

E, sobretudo, à minha família pela confiança e amor de sempre. Em especial, minha mãe, Maria Lucimar, meus filhos, Luísa e Vinicius, e minha companheira, Keyse Costa, pela ternura e incentivo nos momentos mais difíceis.

“Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra dominação econômica dos indivíduos ou classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo”. (Paulo Freire)

RESUMO

Nosso objetivo foi diagnosticar o ensino da disciplina de Filosofia no contexto do Ensino Médio, tendo como recorte a realidade da rede escolar privada do município de Santarém-PA, a partir das perspectivas de docentes e gestores envolvidos nesse processo. A pesquisa nasce a partir da minha experiência enquanto professor de Filosofia na rede privada de ensino a as reflexões decorrentes dessa vivência. O presente trabalho parte de uma abordagem qualitativa de exploração e o fundamento teórico da pesquisa institui-se a partir de Gallo (2006 e 2012) e Severino (2010). Foi realizado levantamento junto ao banco de dados da CAPES e dos repositórios da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), pelas quais pudemos constatar a necessidade de fomentos de mais pesquisas relacionadas ao ensino da Filosofia na região Oeste do Pará entre 2005 e 2021. A pesquisa empírica foi realizada a partir de entrevistas estruturadas e abertas junto a professores de Filosofia e coordenadores pedagógicos de Ensino Médio que atuam ou atuaram na docência de Filosofia no contexto do ensino privado. A partir da pesquisa, pudemos constatar que o ensino da disciplina de Filosofia na rede escolar privada de Santarém é marcado por contradições e fragilidades, sendo a disciplina ainda tratada de forma secundária e estigmatizada, afetando a qualidade de ensino e acarretando com isso, um processo de desvalorização do professor desta disciplina.

Palavras-chave: Educação. Ensino. Filosofia. Escola Privada.

ABSTRACT

Our objective was to diagnose the teaching of Philosophy in the context of High School, taking the reality of the private school network in the city of Santarém-PA, from the perspectives of teachers and managers involved in this process. The research is born from my experience as a Philosophy teacher in the private education network and the reflections resulting from this experience. The present work starts from a qualitative approach of exploration and the theoretical foundation of the research is established from Gallo (2006 and 2012) and Severino (2010). A survey was carried out with the CAPES database and the repositories of the Federal University of Pará (UFPA) and the Federal University of Western Pará (UFOPA), through which we could see the need for further research related to the teaching of Philosophy in Western region of Pará between 2005 and 2021. The empirical research was carried out from structured and open interviews with Philosophy teachers and High School pedagogical coordinators who work or have worked in Philosophy teaching in the context of private education. From the research, we were able to verify that the teaching of the discipline of Philosophy in the private school network of Santarém is marked by contradictions and weaknesses, and the discipline is still treated in a secondary and stigmatized way, affecting the quality of teaching and resulting in a process of devaluation of the teacher of this discipline.

Keywords: Education. Teaching. Philosophy. Private school

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: O PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	17
1.1. A abordagem da pesquisa	17
1.2. A pesquisa empírica	23
CAPÍTULO 2: A FILOSOFIA NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO	
SANTARENO	28
2.1. Um olhar para a Filosofia na rede pública de ensino de Santarém-PA.....	29
2.2. O ensino de Filosofia na rede escolar privada de ensino em Santarém-PA	34
CAPÍTULO 3: O ENSINO DA FILOSOFIA NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO E	
ASPECTOS GERAIS.....	47
3.1. Breve histórico	47
3.2. Aspectos gerais.....	56
CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS	64

INTRODUÇÃO

A escolha do nosso objeto de pesquisa “Reflexões sobre a Filosofia no ensino médio: o ensino de Filosofia na rede escolar privada de Santarém-PA entre 2005 e 2021”, se justifica tanto a partir de aspectos subjetivos como objetivos. Os aspectos subjetivos decorrem da minha experiência no cotidiano das escolas particulares de Santarém, aos meus sonhos, lutas, angústias e frustrações que marcaram a minha trajetória de 10 anos enquanto professor-leigo¹ da disciplina de Filosofia e coincide com o momento em que esta disciplina regressava à condição de disciplina obrigatória no currículo do Ensino Médio brasileiro, a partir da Lei 11.684/2008.

Já os aspectos objetivos englobam, sobretudo, o recente processo histórico pelo qual a Filosofia, a partir de 2008, se torna disciplina obrigatória no ensino médio, trazendo consigo inúmeras contradições relacionadas tanto ao processo de ensino-aprendizagem da disciplina, como também as condições de formação e de trabalho do professor atuante de Filosofia no contexto do ensino médio privado em Santarém que vivenciei.

Ingressei no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Universidade Federal do Pará, *campus* de Santarém, no ano de 2006, sempre almejando à docência. No ano seguinte um projeto de “Pré-Vestibular Solidário”, que funcionava dentro da universidade, fez uma seleção para professores de Filosofia e Sociologia e, como eu fui o único a me inscrever, a vaga ficou comigo.

Já no ano de 2008 um colégio particular abriu seleção para professor das disciplinas de Filosofia e Sociologia¹, e mesmo sem a graduação completa em Pedagogia participei do processo seletivo, que consistiu no exame do currículo, entrevista junto à coordenação pedagógica, prova escrita e prova prática (ministração de aula). Por fim, acabei sendo contratado pela instituição e, desde então, passei a atuar em diversas escolas, incluindo as escolas particulares mais tradicionais da cidade, sempre na condição de professor das disciplinas de Filosofia e Sociologia.

Ao longo desse tempo nenhuma escola fez alguma exigência em relação a minha formação. Tampouco, houve algum incentivo a respeito de formação inicial ou continuada.

¹ Por Professor-leigo, compreende-se o profissional da educação que atua na docência sem possuir a formação necessária ou compatível em relação à disciplina ou disciplinas que leciona.

Tal fato, fez com que eu tivesse que buscar diminuir as fragilidades e lacunas da minha formação com cursos de formação à distância, já que nenhuma universidade pública, ainda hoje, fornece os cursos de Licenciatura em Filosofia e Sociologia na região de Santarém.

O primeiro foi o curso de Ciências Sociais, pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA); o segundo, o curso de Licenciatura em Filosofia pela Claretiano; e o terceiro, também em Licenciatura em Filosofia pela Uninter. Em decorrência das dificuldades e contradições de que se apresentaram ao longo do processo, como, por exemplo, questões financeiras e familiares, nenhum curso foi concluído. Esta experiência, apesar de frustrante em certa medida, possibilitou um olhar mais crítico em relação ao processo em que eu estava inserido.

A partir das minhas experiências, enquanto professor-leigo, pude constatar que as “universidades à distância” na cidade de Santarém, são marcadas pela precarização do ensino e falta de qualidade estrutural. Desse modo, ficam propensas mais a operarem como “balcões de certificação”, em que se mercantiliza a educação, comprometendo, indelevelmente, o processo formativo de quem é levado a recorrer a elas, como única alternativa, do que como instituição de formação profissional e acadêmica.

Tal constatação, somada às duras condições objetivas do cotidiano de quem está inserido dentro do processo de proletarização² da educação que se acentua a cada dia na nossa realidade, fizeram-me sempre postergar uma formação nos moldes “EAD³”.

No ano de 2017, em decorrência do agravamento de um quadro de ansiedade e depressão que, também estava vinculado ao meu trabalho e minhas atividades docentes, fiquei um ano afastado pelo INSS. Isso ocasionou na minha demissão nos colégios em que atuava, logo após o fim do prazo máximo de afastamento estabelecido pelo CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Todo esse processo subjetivo, se inseriu no bojo da radicalização de um projeto neoliberal e conservador que, de certa forma, elegeu os professores, as disciplinas de humanidades, e a Universidade Pública como obstáculos a serem vencidos em nome desse

2 Por proletarização da educação entendemos o processo de desqualificação profissional e das condições de trabalho dos professores, fazendo, em última instância, com que estes percam o “controle sobre seus meios de produção, o objetivo de seu trabalho e a organização de suas atividades” (FIGUEIREDO, 2017).

3 Sigla pela qual a Educação à Distância ficou conhecida no Brasil.

nefasto projeto de poder para a classe trabalhadora.

Foi este percurso, marcado por muito trabalho, angústias e frustrações, mas também, é claro, por muita doação, alegria e esperança, que me motivou a empreender por esta pesquisa de mestrado, que tem como objetivo principal examinar o ensino da disciplina de Filosofia no contexto do Ensino Médio na rede privada de ensino da cidade de Santarém.

Ressalta-se que a partir da Reforma do Ensino Médio de 2017, Lei 13.415/2017, sancionada pelo ex-presidente Michel Temer, foi alterada as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, trazendo consigo mudanças na estrutura do ensino no país. A partir da flexibilização do currículo, apenas as disciplinas de Matemática, Português e Língua Inglesa permaneceram como disciplinas descritas como obrigatórias. No caso da Filosofia e da Sociologia, por exemplo, elas permaneceram, mas não como disciplinas obrigatórias. Os conteúdos serão ofertados como temas transversais, o que representa um forte retrocesso.

Desse contexto, nos questionamos: qual o perfil do professor de Filosofia que atua no contexto do ensino médio privado na cidade de Santarém? - Quais são os maiores obstáculos enfrentados pelos professores de Filosofia ao longo do seu processo de formação e na sua atuação docente? - Quais os maiores desafios para a efetivação de um ensino de Filosofia que seja significativo e de qualidade?

A partir desses questionamentos gerais e iniciais, ambicionou-se não somente traçar o perfil do professor de Filosofia atuante nas escolas de Santarém, tendo como recorte a rede privada de ensino, mas também compreender suas motivações, expectativas, frustrações e anseios, tendo como referência a realidade da rede pública de ensino e o processo histórico em que o ensino da Filosofia se insere na educação brasileira.

A pesquisa empírica está amparada a partir de uma abordagem de natureza qualitativa, priorizando neste sentido, as percepções dos atores que estão inseridos na realidade do Ensino de Filosofia das escolares particulares de Santarém. Para tanto, foram entrevistados 04 professores com experiência no ensino de Filosofia, além de 02 Coordenadores Pedagógicos do Ensino Médio, o que nos permitiu ter acesso as percepções das escolas particulares a respeito do papel e da importância da disciplina de Filosofia no contexto do Ensino Médio.

A partir da pesquisa empírica, foi-nos possível constatar que o ensino da Filosofia continua marginalizado e estigmatizado. A disciplina de Filosofia dispõe da menor carga

horária entre as disciplinas que compõe o Currículo do Ensino Médio, sendo, em média, apenas uma aula por semana, em média, nas escolas particulares de Santarém. Mesmo assim, os professores precisam atuar, tendo como foco principal, a preparação dos alunos para os vestibulares.

Assim, o ensino da Filosofia nas escolas particulares de Santarém é caracterizado por contradições e fragilidades, acarretando, deste modo, um processo de precarização das condições objetivas da atuação dos professores da disciplina.

Para apresentar a pesquisa em forma de dissertação, estruturamos o texto em três capítulos, realizando um percurso que vai do geral ao particular, retornando para o geral no último capítulo.

O primeiro capítulo trata a respeito do *processo metodológico da pesquisa*, apresentando ao leitor, os fundamentos teóricos que demarcaram a pesquisa, tais como Bogdan e Biklen (1994) e Gamboa (2003), como também apresenta os instrumentos metodológicos utilizados para realização da pesquisa de campo.

No segundo capítulo, lançamos um olhar para *o Ensino Médio Santareno*, pelo qual verificamos que a cidade de Santarém corresponde a um polo educacional na região Oeste do Pará, porém, de forma geral, o Ensino Médio, sobretudo, no ensino público é marcado por carências históricas, a exemplo, de deficiências na estruturação do corpo técnico e pedagógico, além da ausência de professores qualificados para ministrarem certas disciplinas, como no caso da disciplina e Filosofia. Esta seção se faz importante, pois a partir dela podemos traçar um paralelo entre a realidade do ensino da Filosofia nas escolas públicas e particulares no município de Santarém-PA, e assim dimensionar o nosso objeto de pesquisa a partir do contexto e da estrutura em que ele está situado.

Na seção que compõe o segundo capítulo, *A disciplina de Filosofia no contexto do Ensino Médio da rede escolar privada de Santarém*, investiga-se o lugar ocupado pela Filosofia na realidade das escolas particulares de Santarém. Através dos dados produzidos a partir das entrevistas realizadas junto aos professores, foi-nos possível constatar que a Filosofia é tratada como uma disciplina de menor importância quando comparada às outras disciplinas. Para além disso, observou-se que os professores de Filosofia, dentro de um processo acentuado de polarização política, estão cada vez mais pressionados e desvalorizados.

O terceiro capítulo, *O Ensino de Filosofia no Brasil: Breve histórico e aspectos gerais*, investiga, na primeira seção, a trajetória da disciplina de Filosofia na história da Educação Brasileira, partindo do ensino dos Jesuítas, durante o período colonial, e chegando nos dias atuais com os impactos da Reforma do Ensino do Médio de 2017 para o ensino da Filosofia no contexto do ensino médio. Na segunda seção é feita uma caracterização do ensino de Filosofia, a partir de autores como Gallo (2006) e Severino (2010) além de uma reflexão a respeito dos desafios vivenciados pela disciplina de Filosofia no atual contexto marcado pelo avanço de um projeto neoliberal no campo educacional que se contrapõe a uma educação pautada na crítica e na emancipação.

Deste modo, podemos concluir que todas as fragilidades e contradições latentes a respeito do ensino de Filosofia no contexto do Ensino Médio remontam a um processo histórico marcado por intermitências. Ou seja, ora a Filosofia se encontra presente e ora ausente da Educação Básica, como no período militar. Apesar de um breve momento de avanços que se deu após a sua reintrodução enquanto disciplina obrigatória do ensino médio no ano de 2008, as ameaças, contradições e fragilidades vem se intensificando nos últimos anos após a Reforma do Ensino Médio de 2017.

CAPÍTULO 1: O PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste capítulo é explicitado o percurso metodológico da pesquisa, apresentando, num primeiro momento, a natureza do trabalho e suas fundamentações teóricas, para posteriormente, se apresentar os passos da pesquisa empírica, os sujeitos participantes da pesquisa e os instrumentos de análise de dados.

1.1. A abordagem da pesquisa

O seguinte trabalho parte de uma abordagem qualitativa de exploração. Apoiados em Bogdan e Biklen (1994) e Gamboa (2003) compreendemos a pesquisa qualitativa como sendo aquela que busca uma compreensão "holística, histórica e processual" dos fenômenos a serem pesquisados. Deste modo, a pesquisa de abordagem qualitativa busca analisar os dados apreendidos ao longo da pesquisa a partir da realidade a qual eles pertencem.

Segundo Gamboa (2003) a abordagem qualitativa busca superar os reducionismos que são próprios de uma abordagem positivista, objetivando, desta forma, a compreensão e interpretação dos dados a partir de pressupostos históricos e teóricos. Desta forma, utilizamos da análise de conteúdo, a partir de Bardin (2011), busca-se interpretar os sentidos das falas dos sujeitos que participaram da construção da pesquisa empírica.

Assim, compreendemos que a pesquisa qualitativa é aquela que prioriza a compreensão das percepções dos sujeitos (Bardin, 2011). A relação com os sujeitos e que nos permitiu ter contato com as percepções e impressões dos professores de Filosofia da rede privada corre mediante a realização de entrevista semiestruturada.

Com isto, a partir da perspectiva dos sujeitos, realizou-se uma caracterização da realidade do ensino de Filosofia na rede privada de ensino, dando ênfase para a perspectiva docente, mas sem negligenciar a perspectiva das instituições particulares.

A partir destes procedimentos foi possível observar que nos últimos anos houve um fomento em relação as pesquisas acadêmicas a respeito da disciplina de Filosofia no contexto do Ensino Médio. Este fenômeno pode ser explicado, primeiramente, em decorrência da obrigatoriedade do ensino da disciplina de Filosofia no Ensino Médio brasileiro a partir da lei 11. 684 de 2008. Outra causa importante a ser salientada é a importância do Ensino Médio no esteio das reformas educacionais, e, evidentemente, o impacto desse processo nos processos educacionais e, em última instância, na própria permanência da disciplina de

Filosofia no contexto do "Novo Ensino Médio".

A partir da necessidade de termos uma panorama da produção acadêmica que vem sendo produzida sobre a nossa proposta de pesquisa, e que possibilitasse ao mesmo tempo, um delineamento e, de certa forma, um direcionamento em relação ao nosso objeto de pesquisa, foi realizado um levantamento junto ao banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), instrumentalizado com os seguintes metadados: "Filosofia no ensino médio e formação de professores". A partir deste procedimento foi obtido o total de 159 trabalhos, e a partir da leitura dos títulos, foram selecionadas 09 pesquisas para a leitura dos resumos, a partir da aproximação com o objeto da pesquisa. Como encontramos na tabela abaixo:

Quadro 01 – Estado da arte sobre o ensino de Filosofia (2005 a 2021).

Ano	Tipo de Trabalho	Autoria	Título	Instituição
2005	DISSERTAÇÃO	Paulo Ricardo Tavares da Silve	Saberes do Professor de Filosofia no Nível Médio	Universidade Federal de Santa Maria
2012	DISSERTAÇÃO	Maria Helena Masullo	O Componente Curricular Filosofia e seus Professores no Ensino Médio da Rede Estadual de Educação de São Paulo	Pontifícia Universidade Católica De São Paulo
2012	DISSERTAÇÃO	Katiuska Izaguirry Marçal	Filosofia na escola: a constituição da disciplina a partir das práticas docentes	Universidade Federal de Santa Maria
2012	DISSERTAÇÃO	André Soares Ferreira	A Filosofia no currículo do ensino médio de mato grosso do Sul: aspectos normativos e conceituais	Universidade Federal Do Paraíba
2013	DISSERTAÇÃO	Priscylla Krone Martins Coratti Sarsano de Godói	Saberes dos professores de filosofia de ensino médio: entre a formação e a prática	Universidade Católica De Santos
2014	DISSERTAÇÃO	André Santiago Baldan	O ensino de filosofia no ensino médio: uma análise das concepções dos professores da rede pública de ensino do estado de São Paulo	Universidade do Oeste Paulista
2014	TESE	Maria Teresa Marques Amaral	O ensino de filosofia no nível médio: reintrodução ou certidão de nascimento	Universidade Federal de Minas Gerais
2015	DISSERTAÇÃO	Andréa Scopel Piou	Cartografias do ensino de filosofia no ensino	Universidade Federal do Espírito Santo

			médio: experiências em escolas públicas estaduais de Aracruz	
2018	DISSERTAÇÃO	Verissimo dos Santos Furtado Filho	A intermitência histórica e o lugar da filosofia no currículo médio paulista no período de 1961 a 2008	Universidade Federal de São Paulo

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Em relação às pesquisas acadêmicas relacionadas à disciplina de Filosofia no contexto do Ensino Médio, foi possível constatar que tais produções enfatizam de forma estrutural dois aspectos; o primeiro relacionado ao processo histórico percorrido pela Filosofia na educação brasileira, e o segundo, relacionado as práticas de ensino da disciplina de Filosofia.

1. **Aspecto histórico:** onde se retrata o percurso histórico da Filosofia como parte constitutiva da Educação Brasileira. Percurso este, sempre caracterizado por contradições e conflitos, e que se acentuaram a partir da ditadura militar, levando a supressão tanto da Filosofia, como também da Sociologia do currículo do Ensino Médio brasileiro;

Em relação a esse aspecto, destacamos a dissertação de Verissimo dos Santos Furtado Filho, intitulada “A intermitência histórica do ensino de Filosofia no currículo Paulista no Período de 1962 a 2008”, pela qual o autor reconstitui o processo histórico que fez com que a Filosofia se torna disciplina obrigatória dentro do currículo do Ensino Médio brasileiro a partir do ano de 2008 a partir da Lei 11.684/2008, e especificamente no currículo paulista. A tese fundamental adotada pelo autor é que a Filosofia possui um lugar intermitente tanto no currículo nacional, como no currículo paulista, isto é, a Filosofia é marcada por presença e ausência ao longo da história da Educação Brasileira. Desta forma, evidencia-se a fragilidade da sua presença, em decorrência das contingências históricas, econômicas e políticas do país, conforme expressa o autor:

Esse lugar intermitente significa que, conforme as circunstâncias políticas, econômicas e sociais exigiam em cada momento histórico, a filosofia fazia parte ou não do currículo oficial, ora aparecendo como disciplina constituinte do núcleo comum do ensino médio, ora aparecendo como disciplina complementar ou optativa - que era ofertada na parte diversificada do currículo. (FURTADO FILHO, 2018; p. 83)

Desta forma é possível constatar que a Filosofia sempre esteve numa cruzada pela sua efetivação como parte do currículo nacional, sempre ameaçada em decorrência de visões

estreitas e preconceituosas, ora vista como inútil, ora vista como perigosa.

Destacamos também a dissertação de Priscylla Krone Martins Coratti Sarsano de Godói, intitulada “Saberes dos professores de filosofia no Ensino Médio: Entre a formação e a prática”. No seu trabalho, a autora utiliza o primeiro capítulo para realizar a reconstituição histórica da Filosofia dentro do currículo nacional. Da mesma forma que Furtado Filho (2018), a autora constata que a presença da Filosofia nem sempre foi constante no currículo nacional, o que trouxe dificuldades relacionadas o seu sentido e a sua importância como disciplina escolar.

A autora objetivando reconstituir o processo histórico que torna a Filosofia obrigatória no currículo do Ensino Médio brasileiro, retorna a gênese da presença da Filosofia na educação brasileira, ainda no período colonial com a presença dos jesuítas. Segundo a autora a Filosofia estava vinculada a um projeto de educação elitista e de caráter religioso, como se observa no seguinte trecho:

[...] o ensino era voltado aos interesses da classe dominante e com cunho teológico. A cultura filosófica se esboçava nas características da escolástica aristotélica, que negava a criticidade europeia crescente e se fortificava nas formas dogmáticas do pensamento confirmadas pela igreja e o estudo de autores e obras clássicas. (GODÓI, 2013; p. 22)

Após a expulsão dos jesuítas do país por Marques de Pombal, a educação brasileira é ressignificada para atender um projeto desenvolvimentista afim de preencher os quadros políticos e administrativos do Estado.

Nesse período se processou uma pseudoautonomia, que atingiria certa independência política. A preocupação com a Educação estava atrelada ao desenvolvimento da elite aristocrática, que se formava na corte portuguesa estabelecida no Brasil. (GODÓI, 2013; p. 26)

Avançando para o século XX, a autora considera que a partir desse momento a Filosofia passa a ficar cada vez mais “indefinida”, devido às constantes reformas educacionais que acontecem nesse período. A Reforma Rivadávia Corrêa de 1911, estabeleceu a Filosofia é retirada do currículo. A Reforma de Francisco Campo de 1932 constituiu uma nova estrutura para o ensino secundário brasileiro, a Filosofia, antes ausente, agora passou a fazer parte do chamado ciclo complementar. E a Reforma Capanema de 1942, onde se observou uma maior valorização do ensino de Filosofia, na busca de uma formação intelectual para o estudante, porém, segundo a autora, mesmo assim, o ensino da Filosofia é

marcada por fragilidades e instabilidades.

Em suma, segundo a autora no século XX “ocorrem sucessivas reformas, mudanças e modificações no currículo, tornando a presença da Filosofia indefinida no sistema educacional brasileiro” (GODÓI, 2013; p, 29)

Já a partir do Regime Militar de 64, a Filosofia passa a ser cada vez mais desvalorizada, com o intuito de atender uma educação tecnicista, além, é claro, de ser vista, nesse contexto, como uma disciplina subversiva. De forma sucinta, podemos afirmar que o ensino da Filosofia durante este período não atende ao projeto ideológico, político e econômico dos militares, vindo, inclusive, a ser substituída por outras disciplinas como a “Educação Moral e Cívica”

As reformas políticas empreendidas pelos governos militares obedeciam às ideias ideológicas de doutrina de segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND), que visavam à formação de mão-de-obra barata para o preenchimento das empresas, em especial, das multinacionais, que se instalavam e reorganizavam os currículos escolares de acordo com modelos tecnicistas. (GODÓI, 2013; p, 39)

A partir do fim do regime militar se abrem os caminhos para o retorno da Filosofia para o currículo nacional do Ensino Médio. Em 1996 com a promulgação da LDB, se passa a exigir do estudante o “domínio de conhecimentos de Filosofia, porém sem apresentar mecanismos para a sua efetivação.

No ano 2001, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, veta um projeto de lei que tornava a Filosofia e a Sociologia disciplinas obrigatórias para o Ensino Médio, argumentando falta de orçamento e de professores qualificados. Porém, no ano de 2008, o então vice-presidente da República, José Alencar, no exercício da presidência, sancionou a Lei nº 11.684, que inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias no Brasil.

Em síntese, construímos um breve quadro sobre o tema da história da Filosofia que as dissertações analisadas e coletadas no banco de teses e dissertações da CAPES proporcionaram, mas, como dissemos, há outro aspecto que outras dissertações abordam, como o tema da prática de ensino.

2. Práticas de ensino: Estudos das práticas relacionada ao ensino da Filosofia, como disciplina integrante do currículo no Ensino Médio, principalmente, a partir de 2008 quando a Filosofia se configura como disciplina obrigatória.

Em relação a esse aspecto destacamos o trabalho de Katiuska Izaguirry Marçal, intitulado “Filosofia na escola: a constituição da disciplina a partir das práticas docentes”. Neste trabalho a autora investigou de forma crítica os discursos presentes dentro da escola a respeito da disciplina de Filosofia, dando prioridade para as falas dos professores de Filosofia. Na sua pesquisa, de abordagem qualitativa, a autora entrevistou seis professores de Filosofia atuantes no Ensino Médio da cidade de Santa Maria/RS.

A autora abordou as contradições relacionadas à formação inicial do professor de Filosofia e a sua atuação, partindo do pressuposto que “a formação inicial não prepara para a docência”, isto é, existe uma defasagem entre a formação inicial e a realidade em que o professor atua. Neste aspecto a autora refletiu a respeito das fragilidades da formação do professor de Filosofia, como por exemplo, a pouca ênfase na leitura de textos clássicos, o que, inexoravelmente, também se expressa nas suas práticas em sala de aula.

Portanto, apesar da insistência dos professores entrevistado em defender a presença dos textos clássicos, o fato é que eles são muito pouco trabalhados em sala de aula, seja pela constatação das dificuldades de leitura por parte dos alunos, seja pelo despreparo do professor para elaborar atividades sobre o texto. (IZAGUIRRY MARÇAL, 2012; p, 54)

Outra crítica levantada pela autora é existência de aulas, via de regra, tradicionais dentro do contexto do Ensino Médio. Ou seja, aulas expositivas e centralizadas na figura do professor.

Os depoimentos sobre o cotidiano na formação inicial referem práticas bastante tradicionais que estabelecem o professor como protagonista, exemplo máximo do pensamento e avalizador da verdade teórica do que é exposto. Portanto, não será incorreto afirmar os efeitos disto na prática dos professores do ensino médio. (IZAGUIRRY MARÇAL, 2012; p, 57)

Com isto, a autora mostrou, a partir das entrevistas junto aos professores, as fragilidades relacionadas ao processo de formação inicial do professor de Filosofia e como isto acarreta em fragilidades, descontinuidades e contradições na sua prática docente no contexto do Ensino Médio.

Assim, a partir do estado da arte, pode-se observar nos últimos anos, a realização de pesquisas relacionadas ao ensino da Filosofia, voltadas, principalmente, para história do ensino da Filosofia no Educação brasileira, como também das práticas de ensino vinculadas à disciplina no contexto do Ensino Médio.

Na próxima seção abordaremos os aspectos relacionados ao desenvolvimento da pesquisa empírica, e a caracterização dos sujeitos envolvidos no processo de coleta de dados.

1.2. A pesquisa empírica

Os sujeitos desta pesquisa foram quatro professores de Filosofia e dois coordenadores pedagógicos de Ensino Médio de escolas privadas de Santarém. O critério de escolha desses professores foi a experiência como docentes de Filosofia no contexto do Ensino Médio na rede privada de Santarém. E, o critério para escolha dos coordenadores Pedagógicos foi atuação desses profissionais no âmbito do Ensino Médio na rede escolar privada. Diante disso, os professores foram dispostos por ordem alfabética e identificados numericamente. A coleta de dados ocorreu a partir de aplicações de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas ocorreram, majoritariamente, via celular, devido os cuidados em relação à pandemia de covid-19. A partir das entrevistas semiestruturadas foi-nos possível ter acesso às perspectivas dos professores de Filosofia atuantes no âmbito das instituições particulares.

Como já antecipado, quatro professores de Filosofia contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa empírica, além disso outros professores foram contatados, porém, não emitiram interesse em participar. O fato da cidade de Santarém não apresentar um “mercado vasto” para atuação dos professores de Filosofia, é provavelmente o principal motivo do receio desses professores de participar da pesquisa. Santarém apresenta seis escolas particulares que ofertam o Ensino Médio, e em alguns casos, o mesmo professor atua em mais de uma escola.

Os professores entrevistados foram identificados como P1, P2, P3 e P4.

Quadro 02 – Perfil dos professores entrevistados.

PROFESSOR	FORMAÇÃO E ATUAÇÃO
P1	Formada em Filosofia. Atua na rede privada de ensino como professora de Filosofia
P2	Formado em História e Filosofia. Atua tanto na rede privada de ensino (Filosofia e Sociologia), como na rede estadual como professor de Filosofia
P3	Formado em Pedagogia. Atuou como professor de Filosofia e Sociologia na rede privada de Santarém. Hoje atua como pedagogo na rede estadual de ensino.
P4	Formada em História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Atua tanto na rede privada como na rede pública santarena.

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

A entrevista junto aos professores foi estruturada a partir das seguintes perguntas:

- 1 – *Qual a formação do professor?*
- 2 – *Quais as razões que o fizeram o optar pela docência da disciplina de Filosofia?*
- 3 – *Qual o seu tempo de atuação como professor de Filosofia no Ensino Médio no contexto da rede privada de ensino?*
- 4 – *Qual a sua perspectiva a respeito do ensino da disciplina de Filosofia no Ensino Médio santareno?*
- 5 - *Qual a sua perspectiva a respeito das suas condições de trabalho no contexto do ensino privado de Santarém?*
- 6 – *Quais as principais dificuldades e desafios que o professor de Filosofia vivencia no contexto da rede privada de ensino em Santarém?*
- 7 – *Há o desenvolvimento de alguma política de formação continuada na rede privada de ensino de Santarém junto aos professores de Filosofia?*
- 8 - *Qual papel do professor de Filosofia no contexto do ensino médio, a partir da perspectiva docente?*

Com os dados coletados na pesquisa empírica aplicada junto à professores de Filosofia de Santarém, com atuação no contexto do ensino privado, foi-nos possível:

- 1 - Traçar o perfil dos professores de Filosofia selecionados abordando, assim, questões relacionadas à formação docente;
- 2 - Compreender as razões que levam os professores ao ensino da Filosofia;
- 3 - Refletir a respeito do lugar da disciplina de Filosofia no contexto da rede privada de ensino da cidade de Santarém; e
- 4 - Refletir acerca das condições de trabalho do professor de Filosofia na realidade privada de ensino.

Desse modo, as entrevistas realizadas junto aos professores de Filosofia do Ensino Médio privado de Santarém, teve como finalidade levantar dados para subsidiar a pesquisa, e assim, fundamentar a construção de uma análise da realidade concreta em que se institui o ensino da disciplina de Filosofia no contexto das escolas particulares da cidade.

No próximo quadro é possível observar a síntese das respostas fornecidas pelos professores de Filosofia, a partir das entrevistas realizadas:

Quadro 03 – Síntese das respostas dadas pelos professores a partir das entrevistas.

PERGUNTAS	RESPOSTAS DO P1	RESPOSTAS DO P2	RESPOSTAS DO P3	RESPOSTAS DO P4
1 – Qual a formação do professor?	Filosofia	História e Filosofia	Pedagogia e curso livre de Filosofia (Seminário)	História, Geografia, Sociologia, Filosofia
2 – Quais as razões que o fizeram o optar pela docência da disciplina de Filosofia?	Escolha/ sonho/ Inconformismo	Contingências na atuação como professor de história	Atuação no seminário	Aproximação com as formações anteriores e a busca por novos desafios académicos e profissionais
3 – Qual o seu tempo de atuação como professor de Filosofia no Ensino Médio privado de Santarém?	4 anos	3 anos	Mais de 2 anos	Aproximadamente 10anos
4 – Qual a sua perspectiva a respeito do ensino da disciplina de Filosofia no Ensino Médio santareno?	Descrédito em relação a disciplina por parte da sociedade	Não é uma prioridade da escola	Positiva! Aparentemente, é mais valorizado do que no ensino público!	Crítica, por estar cada vez mais engessada em relação a resultados de vestibulares. Além da vigilância dos pais.
5 - Qual a sua perspectiva a respeito das condições de trabalho no contexto do ensino privado de Santarém?	Positiva! São ofertadas as condições para o desenvolvimento do bom trabalho	Positiva! Condições estruturais melhores comparadas à rede pública.	Positiva! É dada liberdade ao professor para trabalhar as questões filosóficas.	Crítica, pois falta autonomia aos professores de filosofia
6 – Quais as principais dificuldades e desafios que o professor de Filosofia vivencia no contexto da rede privada de ensino em Santarém?	Pouca quantidade de aulas! Desvalorização da disciplina pela sociedade.	A instabilidade profissional	A pouca quantidade de carga horária.	Desvalorização do professor e a crescente polarização política no país
7 – Há alguma formação continuada na rede privada de ensino de	Não	Não	Não	Não

Santarém junto aos professores de Filosofia?				
8 - Qual papel do professor de Filosofia no contexto do ensino médio, a partir da perspectiva docente?	Desenvolvimento do pensamento crítico e consciência cidadã	Desenvolvimento do pensamento crítico = reflexivo	Desenvolvimento do pensamento crítico e protagonismo social	Desenvolvimento do pensamento crítico e autoconhecimento

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

O ponto positivo que destacamos é que, dos quatro professores entrevistados, três possuem a Licenciatura em Filosofia. Levando em consideração a realidade em Santarém de vinte anos atrás, tendo como fundamento o projeto de pesquisa “O ensino de filosofia na rede pública e particular do município de Santarém”, coordenado pela professora Maria do Socorro Bergeron Lago, que ocorreu entre os anos de 1996 a 2000, que revelou que nenhum professor atuante, à época, na rede privada de Santarém possuía a formação em Filosofia, é notório o significativo avanço em relação ao processo formativo em Filosofia dos professores que atuam na rede privada de ensino da cidade.

Em relação as principais escolas particulares que disponibilizam o Ensino Médio e, atualmente, disputam o mercado educacional em Santarém, temos a seguinte relação:

Quadro 04 - Relação das principais escolas particulares que oferecem o ensino médio na cidade de Santarém no ano de 2021.

1 – Colégio CEDUCS – Centro Educacional Cristo Salvador;
2 – Colégio Santa Clara;
3 – Colégio Dom amando;
4 – Colégio Batista de Santarém;
5 – Colégio Adventista de Santarém;
6 – Sociedade de Educação Integrada Humana do Brasil (SEIHB)

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

No quadro 04 observa-se que a cidade de Santarém dispõe de seis escolas particulares que ofertam o ensino Médio. Com isto, a partir da pesquisa empírica, foi possível coletar dados com professores de Filosofia que englobam, quase que a totalidade das escolas particulares de Santarém, posto que a quantidade de escolas particulares que oferece o ensino médio não é grande.

Para além disso, foram realizadas visitas em duas escolas particulares de Santarém, ambas confessionais, pelas quais aplicamos questionários semiestruturados junto aos Coordenadores Pedagógicos de Ensino Médio. Esta ação teve como objetivo a coleta dados

para subsidiar a caracterização da realidade do ensino da Filosofia a partir da perspectiva das coordenações pedagógicas de Ensino Médio das escolas particulares.

Indagou-se acerca do ensino da Filosofia e das condições que são fornecidas pelas escolas ao professor, para que este possa desenvolver as atividades pedagógicas relacionadas à disciplina.

O questionário estruturou-se a partir das seguintes perguntas:

1. Como a coordenação do ensino médio avalia o papel e a importância do ensino de Filosofia no contexto do ensino médio?

2 - Qual deve ser o perfil do professor de Filosofia para atuar no contexto do ensino médio?

3 - Qual a quantidade de aulas disponibilizadas para o ensino de Filosofia durante a semana? Essa quantidade é avaliada como suficiente para o desenvolvimento das atividades pedagógicas?

4 - Há por parte da instituição alguma política ou incentivo para o desenvolvimento da formação continuada do professor de Filosofia? Se sim, quais?

5 - Na instituição, o professor de Filosofia é o mesmo da disciplina de sociologia? Se sim, por quê?

6 - Como se dá a avaliação do ensino de Filosofia junto ao ensino médio por parte de instituição?

7 - Quais os maiores desafios visualizados por parte da coordenação em relação ao ensino da Filosofia no contexto do Ensino Médio?

A partir da aplicação dos questionários, analisamos o ensino da Filosofia, a partir da ótica de colaboradores internos das instituições particulares, levando em consideração aspectos relacionados às condições que são disponibilizadas pelas escolas para o ensino da Filosofia, tais como carga horária semanal e a existência de políticas para a formação continuada. Os coordenadores Pedagógicos participantes da pesquisa foram identificados como “C.P.A” e “C.P.B”.

Quadro 05 - Síntese das respostas dadas pelos coordenadores pedagógicos a partir das entrevistas.

PERGUNTAS	RESPOSTAS DO C. P. A	RESPOSTAS DO C. P. B
<i>1. Como a coordenação do ensino médio avalia o papel e a importância do ensino de Filosofia no contexto do ensino médio?</i>	Fundamental, pois desperta o adolescente para o conhecimento e ajuda na formação das suas opiniões.	Importante, pois estimula a reflexão e o pensamento crítico.
<i>2 - Qual deve ser o perfil do professor de Filosofia para atuar no contexto do ensino médio?</i>	Capaz de expor o conteúdo, sem impor suas predileções.	Habilitado com a Licenciatura em Filosofia

3 - Qual a quantidade de aulas disponibilizadas para o ensino de Filosofia durante a semana? Essa quantidade é avaliada como suficiente para o desenvolvimento das atividades pedagógicas?	1 hora aula por semana. É considerada suficiente.	1 hora aula por semana. Não é considerada suficiente.
4 - Há por parte da instituição alguma política ou incentivo para o desenvolvimento da formação continuada do professor de Filosofia? Se sim, quais?	Não há formação específica para o professor de filosofia.	Não há formação específica para o professor de filosofia.
5 - Na instituição, o professor de Filosofia é o mesmo da disciplina de sociologia? Se sim, por quê?	Sim. (Não foi justificado pelo coordenador)	Sim. (Não foi justificado pelo coordenador)
6 - Como se dá a avaliação do ensino de Filosofia junto ao ensino médio por parte de instituição?	De forma positiva e necessária (não foi detalhado o processo)	Positiva. A partir da aplicação de trabalhos e avaliações.
7 - Quais os maiores desafios visualizados por parte da coordenação em relação ao ensino da Filosofia no contexto do Ensino Médio?	Assegurar um ensino da filosofia sem imposição dos professores, e com a respeito as diferentes opiniões.	A contratação de professores habilitados e com experiência no Ensino Médio.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Neste sentido, a partir da análise de conteúdo buscou-se a interpretação das perspectivas dos sujeitos inseridos na realidade em que se dá o ensino de Filosofia em Santarém, tanto a dos professores de Filosofia, como das Coordenações Pedagógicas de Ensino Médio das escolas particulares.

Toda a produção da nossa pesquisa levou em consideração a atual conjuntura política brasileira, marcada pela sistemática crise da educação e do trabalho docente, entendida por nós, enquanto projeto político de natureza neoliberal e protagonizado pela elite brasileira, afetando todo Sistema Educacional, e de forma ainda mais aguda, as disciplinas vinculadas as Ciências Humanas (Filosofia, Sociologia, História e Geografia) e os professores que trabalham com estas disciplinas.

CAPÍTULO 2: A FILOSOFIA NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO SANTARENO

Neste capítulo, é lançado, na primeira seção, um olhar sucinto para a realidade do ensino de Filosofia no contexto da rede pública de ensino, a partir de dados adquiridos tanto a partir de consultas no site da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC-PA), como também a partir de visitas realizadas junto à Quinta Unidade Regional de Educação (5ª

URE). Realizamos este movimento com o intuito de disponibilizar ao leitor um panorama da educação no município de Santarém, situando o ensino da Filosofia no âmbito do Ensino Médio público, para assim dimensionar a pesquisa a partir da realidade maior em que ela está contextualizada.

Na seção 2.2 realizamos uma descrição do ensino da disciplina de Filosofia na realidade das escolas particulares de Santarém, tendo como parâmetro, sobretudo, a participação de quatro professores de Filosofia, a partir de questionários semiestruturados, além de vistas em duas escolas particulares da cidade que nos permitiu a aplicação de questionários semiestruturados junto às Coordenações de Ensino Médio.

2.1. Um olhar para a Filosofia na rede pública de ensino de Santarém-PA

Santarém, terceira maior cidade do estado em termos populacionais, tendo ao todo 294.580 (IBGE, 2018) está localizada à margem do rio Tapajós, situada na mesorregião do baixo amazonas. Ainda de acordo com o IBGE, o PIB da cidade, que é de R\$ 16.318,44, a maior da sua microrregião, tornando a cidade a principal referencial socioeconômica da região oeste paraense, como bem descreve GOCH, na sua dissertação de mestrado de 2017,

No que se refere à economia é denominada como principal centro socioeconômico do oeste do estado além de ser a terceira maior cidade do estado do Pará. Dados do produto interno bruto do período de 2003 a 2014, considerando o setor agropecuário, indústria e serviços, revelam que a economia do município vem mantendo um desenvolvimento constante com destaque para o setor de serviços, sendo este a base da economia local. O setor de serviços em 2014 chegou a ser 3,5 vezes maior que o setor da agropecuária e 4,5 vezes maior do que o setor industrial. Dessa forma, fica evidente que a base da economia local se concentra no setor de serviços. (p.53)

De acordo com os dados fornecidos no *site* da SEDUC-PA (Secretaria da Educação do Estado do Pará), a Secretaria de Educação dispõe um total de 22 URE's (Unidades Regionais de Educação), que compõem a estrutura da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará (SEDUC). A 5ª URE, sediada na cidade de Santarém, corresponde a quarta maior URE no Estado, abarcando um total de 48 escolas, ficando atrás apenas das URE's de Belém, Abaetetuba e Castanhal, respectivamente. Dado que ajuda a revelar a importância da cidade enquanto polo educacional para a microrregião, como revela GOCH,

Santarém é um polo educacional que atende a educação básica, profissionalizante e o ensino superior. Na rede estadual de ensino,

conforme dados de 2016, há 35 escolas. Destas, 34 estão na área urbana e apenas 01 no campo. Sob a jurisdição municipal registram-se 410 escolas, sendo 321 localizadas na zona rural – 233 escolas na região de rios e 88 na região de planalto – e 58 na área urbana. Das Instituições urbanas e das localizadas no planalto, acrescentam-se 31 Unidades de Educação Infantil, localizando-se 27 em centro urbano, 03 no planalto e 01 na Região de Rios (2017, p.55).

Quando se trata do ensino superior a realidade é bem diferente de algumas décadas atrás quando para dar continuidade aos estudos após a conclusão do segundo grau era preciso deixar a cidade, tendo como rumo, principalmente, a capital, Belém. A cidade conta hoje com 16 Instituições de ensino superior, entre públicas e privadas (GOCH, 2017), destacando-se a Universidade do Estado do Pará (UEPA) e a Universidade Federal Oeste do Pará (UFOPA). Esta última dispendo dos cursos de licenciatura, como História, Pedagogia, Letras, Física, Matemática, e também de cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* até de doutorado.

É válido destacar que, anteriormente ao projeto da UFOPA, existiam no município faculdades de origem privada: Centro Universitário Luterano de Santarém/ Universidade Luterana do Brasil CEULS/ULBRA, Faculdades Integradas do Tapajós-FIT e Instituto Esperança de Ensino Superior IESPES, subsidiadas por associações mantenedoras que conduziam o ensino superior apenas no viés do ensino, indiferentes à pesquisa e extensão. Tais faculdades implantaram cursos que são considerados básicos quanto à instalação de serviços essenciais à população, como: enfermagem e formação de professores, por conta da demanda das prefeituras circunvizinhas; e direito e administração em gestão pública, com a intenção de atender às secretarias estaduais e municipais. Cursos esses ofertados na modalidade presencial com aulas todos os dias; e a distância (EAD), cujas turmas tinham aula somente no período de férias escolares e ou uma vez por semana. (CARVALHO; 2015; p.142)

No entanto, apesar desse avanço na educação superior no município nenhuma Universidade Pública dispõe atualmente da oferta do curso de Licenciatura em Filosofia, o que indelevelmente contribui para a carência de professores de Filosofia que possam atuar tanto na educação pública, como na rede privada de ensino da cidade.

Vale ressaltar, porém, que houve no ano de 2011 a oferta de uma turma de Filosofia, por meio do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, implementada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em articulação entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Secretaria de Educação do Estado Pará (SEDUC-PA).

O Parfor, deu-se início no Estado do Pará em 2009, tratando-se de uma ação voltada

para a formação em nível superior dos professores que já se encontravam atuantes na rede pública de ensino, para assim promover a necessária qualificação profissional em serviço, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Os alunos matriculados nessa turma de Filosofia eram oriundos dos municípios de Santarém, Belterra, Itaituba, Prainha, Rurópolis e Óbidos. Dos 40 alunos matriculados, 26 concluíram o curso no ano de 2015.

Faz-se necessário considerar que a falta da Licenciatura em Filosofia em Universidades Públicas é sintomática e grave, quando tratamos da desvalorização do ensino de Filosofia na educação básica e da precarização das condições formativas do professor na cidade de Santarém-PA.

Como já mencionado anteriormente, Santarém é a sede da 5^o URE, sendo este o órgão que assume a responsabilidade pelo Ensino Médio não apenas em Santarém, mas também nos municípios de Aveiro, Belterra e Mojuí do Campos.

A realidade de muitas escolas que estão sob a jurisdição da 5^a URE (e no Estado de modo geral), é marcada por carências estruturais que comprometem significativamente o processo de ensino-aprendizagem; o que temos são prédios antigos, estruturas comprometidas, ausência de condições de acessibilidade, falta de bibliotecas, falta de acesso à internet, ausência de laboratórios, de quadras esportivas.

O que temos, então, é carência das condições objetivas necessárias que assegurem a vivência da cidadania, a partir do acesso à educação pública, como denunciam QUEIROZ; VALE; SANTOS, no trabalho “A educação pública básica no Pará na ótica do sistema paraense de avaliação educacional – SIPAE”,

As condições de infraestrutura da rede estadual do Pará revelam o quadro indigente da educação ofertada pelo Estado à população que depende unicamente da escola pública para atender as necessidades de escolarização. A inadequação da arquitetura reflete de forma direta no desenvolvimento das atividades educacionais. As condições climáticas na região amazônica, com índices pluviométricos elevados impossibilita a comunidade escolar conviver com dignidade no espaço com telhado adequado em apenas 39,7% das unidades de ensino, sem contar com outras condições físicas incipientes (2013, p .574).

Observa-se, em muitos casos, ausência de professores qualificados para ministrarem certas disciplinas dotadas de “carência”, como no próprio caso da Filosofia, além de aulas que não são capazes de atender as expectativas dos alunos, pois não levam em consideração

as realidades em que estes sujeitos tão diversos estão inseridos.

Os últimos dados do censo escolar revelam que no Norte 35% dos professores que estão atuando nas salas de aula do Ensino Médio não tem a habilitação necessária para ministrarem suas disciplinas. Esse número, que é absurdamente alto, por incrível que pareça, está abaixo da média nacional que é de 40%

No Estado do Pará, segundo o Censo Escolar da Educação Básica que é aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no ano 2019 atuaram no Ensino Médio um total de 15.090 professores. Deste montante, 91,7% têm grau acadêmico em licenciatura (não necessariamente na disciplina em que atua).

A realidade da qualificação dos professores de Filosofia atuantes no Ensino Médio paraense é extremamente preocupante, como revela o Censo Escolar de 2019. Nele se constata que o indicador da disciplina de Filosofia é de 48,9%, superior apenas em relação à disciplina de Artes que é de 37,6%.

Do total de 48 escolas que estão sob a responsabilidade da 5ª URE, 41 oferecem o Ensino Médio. O contingente de professores de Filosofia que atendem estas 41 escolas é atualmente de 58 docentes. Sendo estes professores divididos entre aqueles que são efetivos e temporários. Apresentam-se, no ano de 2021, 28 professores efetivos e 30 temporários, isto é, atualmente, 48,3% são efetivos, e desta maneira, possuindo a formação em Filosofia.

Ressaltamos que o último concurso público realizado pela Secretaria Estadual de Educação do Estado Pará, no ano 2018, disponibilizou ao todo 103 vagas para o cargo de professor de Filosofia para todo o Estado. Desse montante apenas oito vagas foram destinadas à 5ª URE. Isso ajuda explicar o fato que a maioria dos professores de Filosofia vinculados à rede pública de ensino na cidade de Santarém continuam sendo temporários, o que não representa o ideal pedagógico e político para a efetivação de uma educação de qualidade.

Devido a carência de professores formados em Filosofia na cidade, as vagas destinadas aos professores temporários, são preenchidas por pedagogos. Segundo informações fornecidas pela direção da 5ª URE após solicitação de dados a respeito do ensino de Filosofia na rede pública de ensino de Santarém. Foi-nos informado, também, que em alguns casos, os professores de Filosofia temporários atendem as disciplinas de Sociologia, História e Educação Religiosa.

Além, evidentemente, da instabilidade, o professor temporário acaba acumulando mais funções, o que claramente representa uma precarização maior das condições de trabalho do professor temporário em relação ao efetivo.

Foi verificado, a partir dos dados coletados na 5ª URE, que, no momento, não há a existência de nenhuma política de formação continuada destinada aos professores de Filosofia na cidade de Santarém, promovida pela Secretaria Estadual de Educação.

Entre os anos 1996 a 2000 ocorreu a realização de uma pesquisa pioneira em Santarém a respeito do ensino de Filosofia, intitulada “O ensino de Filosofia na rede pública e particular do município de Santarém”, realizada pela universidade Federal do Pará (UFPA) e coordenada pela professora Maria do Socorro Bergeron Lago, atualmente vinculada ao Instituto de Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e que à época era professora lotada no Campus da UFPA em Santarém.

A pesquisa foi parte de uma pesquisa maior orientada pela professora Maria Neuza Monteiro da UFPA, tendo como título “O ensino da filosofia no segundo grau na rede pública e particular: um estudo junto aos municípios de Altamira, Bragança, Castanhal e Santarém”.

A partir de coleta de dados com a professora Bergeron, tivemos acesso a alguns resultados produzidos pela pesquisa. Destacamos que no ano de 2000 apenas 11,1 % dos professores da rede pública tinham a formação em Filosofia, o que nos permite considerar que houve um avanço significativo nos últimos vinte anos, quando verificamos que hoje, no ano 2021, aproximadamente, 50% dos professores apresentam a formação em Filosofia.

Diante do que foi exposto, podemos admitir, que apesar dos problemas estruturais da rede pública de ensino da cidade Santarém, ocorreram avanços no que tange o ensino de Filosofia. Destacamos a política formativa do Parfor voltada para professores que já atuavam na rede pública de ensino, e, também, a realização do concurso público em 2018 que contemplou a disciplina de Filosofia. No entanto, consideramos que ainda há muito o que ser feito, como por exemplo, a construção de políticas de formação continuada, além da necessidade da realização de mais concursos públicos com quantidades mais significativas de vagas para a Filosofia, pois ainda se verifica um contingente elevado de professores temporários, que muitas vezes não dispõem da formação específica em Filosofia, lotados na rede pública de ensino.

2.2. O ensino de Filosofia na rede escolar privada de ensino em Santarém-PA

A Filosofia é uma disciplina fundamental para a formação intelectual e cidadã dos educandos, pois através dos seus conteúdos e das suas reflexões, segundo Gontijo (2017, p. 15)

Ela modifica valores, desloca e transforma o pensamento. Pais e comunidade escolar ganham na medida em que adolescentes são confrontados com diferentes tradições de pensamento e estendem seu repertório para um protagonismo na construção de suas convicções.

Porém, o que se observa é que realidade na rede escolar privada de Santarém é marcada por um processo de desvalorização do ensino de Filosofia e, conseqüentemente, dos seus professores. Processo este que não é uma excepcionalidade de cidade, mas, sim, um fenômeno histórico, estrutural e profundo.

Com as visitas empreendidas em duas escolas particulares e confessionais de Santarém, verificamos que o discurso das escolas, através das suas coordenações pedagógicas, é, muitas vezes, contraditório com a realidade do ensino de Filosofia oferecido pelas instituições.

Ambas as escolas, por exemplo, salientaram a importância da disciplina de Filosofia para uma formação mais humana, intelectual e crítica dos seus alunos,

C.P.A: O ensino de filosofia no ensino Médio é fundamental, porque desperta o adolescente para o conhecimento de pensamentos de diversos pensadores, o que ajudará na formação de opiniões dos alunos nessa faixa etária.

C.P.B: A disciplina tem como principal objetivo estimular a reflexão, o pensamento crítico dos alunos, desenvolvendo o olhar crítico e o pensamento individual dos alunos.

Porém, para além do discurso, a partir do momento que a disciplina de Filosofia passa a ser mais exigida nos vestibulares, a preocupação fundamental das escolas particulares é com os resultados dos seus alunos nas provas, em especial, a do Enem, posto que estes resultados são extremamente explorados comercialmente, como uma suposta comprovação da qualidade do ensino ofertado nas escolas particulares.

A partir desta constatação, compartilhamos das mesmas preocupações de Mendes (2014) em relação à forma como o ensino da Filosofia se faz presente e a sua finalidade dentro da realidade das escolas particulares:

[...] não existe clareza nas escolas particulares, se a disciplina de Filosofia

tem ou terá o mesmo peso estratégico das demais disciplinas; se haverá uma adequação das salas-ambiente para estudos filosóficos; se os laboratórios terão espaço e preparação para pesquisas filosóficas interdisciplinares e, o que é mais importante, se o ensino da Filosofia no Ensino Médio servirá para que os adolescentes terminem seus estudos com conhecimentos filosóficos suficientes apenas para passar no vestibular ou se o objetivo último será o de prepará-los para um efetivo exercício de cidadania. (p. 12)

Não há como negar a diferença entre a estrutura física da escola particular em relação a escola pública na realidade santarena, como expõe o Professor entrevistado P2, que segundo ele,

P2: O setor privado nos fornece um material de trabalho “melhor” [aspas colocadas pelo próprio professor]. Estou falando de estrutura, sim; estou falando de você ter apagador e pincel que não foram comprados com o seu dinheiro; estou falando de ter salas com ar-condicionado que funciona sempre; salas que estão limpas e arrumadas todos os dias.

Ao mesmo tempo em que a Filosofia passa a ser mais “útil” comercialmente, na prática o que se observa, é a desvalorização da disciplina. Observa-se que o professor de Filosofia na rede privada, mesmo dispondo de uma infraestrutura material diferenciada, vem sendo cada vez mais exigido em relação a resultados, porém dispondo de uma carga horária mínima, como considera a professora entrevista P1:

P1: São ofertadas todas as condições para desenvolver um bom trabalho. Algo questionável é a quantidade de aulas semanais. Isto sim, limita o acesso do educando a conhecimento filosófico.

Este dado também foi obtido durante as visitas nas escolas particulares. As escolas dispõem apenas de uma aula por semana para a disciplina de Filosofia. Também foi indagado aos coordenadores pedagógicos do Ensino Médio se essa carga horária era suficiente para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, e as respostas coletadas nos trabalhos de campo nas duas escolas visitadas foram conflituosas.

C.P.A: É disponibilizado uma aula por semana, sendo suficiente para desenvolver as atividades pedagógicas.

C.P.B: 01 hora/ aula por série. Não! Os conteúdos são extensos, tornando o tempo insuficiente para conclusão da exposição das aulas, os debates e aplicação de avaliações.

Apesar desta situação desfavorável ao ensino da Filosofia, as coordenações pedagógicas das escolas visitadas enfatizaram que o seu ensino é necessário e a sua avaliação é positiva, como observamos nas falas abaixo:

C.P.A: A instituição avalia como positiva e necessária no ensino médio, o ensino de filosofia. Somos uma escola confessional, mas entendemos que o nosso público deve ter o conhecimento panorâmico de filósofos diversos, para que consiga fazer de forma consciente suas escolhas.

C.P.B: De maneira satisfatória com o compromisso com a disciplina com relação aos temas, através de reflexões individuais através dos trabalhos e avaliações.

Desta forma, a pesquisa constatou que a disciplina de Filosofia, para além dos retóricos discursos a respeito da sua importância para uma formação mais humana e crítica no Ensino Médio, continua sendo tratada como uma disciplina de menor importância. O que se revela objetivamente na quantidade de aulas por semana disponibilizada à disciplina, e, também, na verificação que, em alguns casos, não há a exigência, por parte das escolas privadas, da formação específica do professor para atuar o Ensino Médio.

A coordenação pedagógica da escola B mostrou crítica em relação à carga horária que é disponibilizada à disciplina de Filosofia, admitindo que a carga horária não é suficiente para que o professor consiga ministrar todo o conteúdo, realizar os debates necessários e aplicar o processo avaliativo. Vale indagar, porém, que essa postura crítica não se converteu em ação concreta para subsidiar melhores condições para que o professor de Filosofia tenha como desenvolver de forma mais significativa as suas práticas pedagógicas. Como dissemos, não foi detectado nenhuma política de formação continuada nas escolas pesquisadas.

Um outro dado observado ao longo da pesquisa é que, por vezes, o professor de Filosofia é o mesmo da disciplina de Sociologia. Isto foi constatado a partir das falas de 3 dos 4 professores entrevistado. Verificamos a mesma situação a partir das visitas junto as coordenações de Ensino Médio das escolas particulares. Isto de se deve, sobretudo, à quantidade ínfima de aulas semanais ofertadas pelas escolas. Como observamos no quadro à baixo:

Quadro 06– Relação de aulas semanais dos docentes por escolas da rede privada

ESCOLA	AULAS SEMANAIS DE FILOSOFIA
1 – Centro Educacional Cristo Salvador – CEDUCS	01
2 – Colégio Santa Clara;	01
3 – Colégio Dom amando;	02* ⁴

4. É disponibilizado aos alunos 01 aulas/semanais de filosofia de caráter confessional e 01 aulas/semanais de filosofia de caráter laico.

4 – Colégio Batista de Santarém;	01
5 – Colégio Adventista de Santarém;	01
6 – Sociedade de Educação Integrada Humana do Brasil (SEIHB)	01

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Foi indagado às coordenações das escolas visitadas o porquê do professor de Filosofia e Sociologia serem o mesmo, porém as escolas não deram nenhuma justificativa. Podemos intuir que esta resposta passa tanto por uma questão financeira, ao induzir o professor a aumentar a carga horaria mesmo que não seja formado na área, como também, pela própria desvalorização destas disciplinas, assim, como do professor.

Detectamos também que até um passado recente, algumas escolas particulares não disponibilizavam o material didático utilizados nas disciplinas de Filosofia e Sociologia, ficando, portanto, o professor dessas disciplinas incumbido de montar as apostilas utilizadas ao longo do ano letivo, fazendo com que o professor acumulasse ainda mais atividades ao longo do ano letivo. Contribuindo, assim, para intensificação da rotina de trabalho fora da instituição, e conseqüentemente do processo de precarização das suas condições de trabalho e a diminuição no tempo necessário para se dedicar a preparação de aulas e atividades.

A partir da pesquisa pode-se considerar que boa parte dos professores de Filosofia que atuaram ou atuam nas escolas particulares possuem uma outra licenciatura, além da Filosofia, e que muitas vezes acabam enveredando para docência da Filosofia no contexto do Ensino Médio "por acaso". Ou seja, boa parte dos professores que se tornam professores de Filosofia no Ensino Médio, não tinham este objetivo desde o início da sua formação acadêmica, o que nos possibilita concluir, que a formação inicial dos professores é geralmente em uma outra licenciatura, que não é a Filosofia, e só no "meio do caminho" o professor busca, por conta própria, a formação específica em Filosofia, como observamos na fala do professor entrevistado P2

P2: Na verdade, foi meio que “ao acaso”. Eu leio filosofia desde os 15 anos, sobretudo as temáticas ligadas à religião (“inicie-me” com a filosofia oriental, budismo etc), mas nunca me imaginei fazendo faculdade de humanas. Foi no 1º semestre da faculdade de Química (!) que entendi que eu era de Humanas e fui fazer história. Envolvi-me com movimento sindical e estudantil e minhas leituras acabaram dando uma guinada mais para a filosofia política, mas ainda não era nada que me fizesse optar por fazer filosofia como curso superior; até que, no final da faculdade de

história, comecei a estudar Tomás de Aquino e participar de uns projetos de tradução de suas obras. Aí sim me decidi a seguir academicamente a filosofia; tanto que eu era formado em história, não em filosofia, mas busquei fazer mestrado em filosofia. Por fim, consegui um emprego como professor de filosofia e achei muito mais excitante do que dar aula de história (que, em si, já é muito legal); então resolvi fazer a licenciatura em filosofia apenas para poder ter o diploma e assim não ter problema na hora de arrumar emprego ou fazer concurso.

Na realidade santarena, o professor de Filosofia, devido à falta dessa Licenciatura nas universidades locais, como já abordamos anteriormente, se vê obrigado a buscar o diploma de Licenciatura em Filosofia na modalidade EAD.

É importante frisar que num contexto de radicalização da desvalorização dos professores de Ciências Humanas na educação brasileira, reforçados e "legitimados" a partir de discursos da extrema direita e dispositivos nocivos como o "Notório Saber", a formação docente passa a ter cada vez menos valor, chegando em muitos casos, como o da disciplina de Filosofia, de ter um valor muito mais "simbólico" do que concreto. Assim, evidencia-se a "eterna contradição" relacionada à dita importância da Filosofia no Ensino Médio brasileiro. Isto é, a disparidade entre o discurso conferido ao ensino da Filosofia e a sua importância real e concreta para uma formação integral, autônoma e crítica do aluno.

Com a política do "Notório Saber" que permite se tornar professor de alguma disciplina sem ter a formação necessária, apenas por reunir pretensos saberes notórios em torno da disciplina, a tendência é que o processo de desvalorização da formação docente do professor de Filosofia se intensifique. Desta forma concordamos com Cézar (2017), que no seu artigo "O Notório saber na visão dos movimentos sociais e de professores de educação básica", afirma que

O ensino do Novo Ensino Médio sob a responsabilidade de professores de notório saber na visão de movimentos sociais com segmentos da educação é uma afronta a toda política de formação educacional desenvolvida nas últimas décadas no Brasil. (CEZAR, 2017, p. 05).

Este processo representa, portanto, um verdadeiro retrocesso na Educação Brasileira⁵ e representa, em particular no âmbito do ensino da filosofia, um ataque aos educadores e movimentos populares brasileiros que vêm atuando historicamente em defesa do ensino de

⁵ Com exceção da educação escolar indígena, onde o notório saber tem outro sentido e impulsiona positivamente a inclusão de saberes tradicionais aos currículos e ações escolares por parte de lideranças e sábios que detém saber reconhecidamente importantes à etnia que a escola atende.

qualidade em Filosofia, sobretudo, na educação básica.

O professor entrevistado P3 (professor que atuou em duas grandes escolas particulares santarenas), tratando a respeito das "contradições" que são próprias do âmbito da Filosofia considerou que da mesma forma que o professor de Filosofia é tratado no ambiente do Ensino Médio como sendo um "professor diferenciado", devido as questões e aos conhecimentos por ele trabalhados", ao mesmo tempo, desse certo *status intelectual* o que recebem na realidade é a "secundarização do ensino da Filosofia".

O professor P2 endossando essa crítica considera que há um privilégio ao ensino das disciplinas das outras áreas do conhecimento que compõem o currículo do Ensino Médio, em relação ao ensino da Filosofia. Em suas palavras,

P2: Filosofia me pareceu estar longe de ser uma disciplina prioritária; português e matemática continuam mais impactantes: vide o Enem – uma parte só para matemática e outra só para português. Ainda sobre o Enem, são 3 disciplinas de Natureza (Física, Química e Biologia) contra 4 de Humanas (Filosofia, História, Geografia e Sociologia); então o peso das humanas se dilui mais ainda; fora que os alunos costumam ir pior nas 3 de Natureza. Por tudo isso, nós percebemos uma ênfase permanente em Matemática, Física, Química, Biologia e Português, e um lugar secundário para as Humanas. Filosofia e Sociologia são ainda piores, pois como são disciplinas que, em geral, não existem no Fundamental, as pessoas ‘meio’ que chegam ao Ensino Médio sem saber que coisas são essas, daí ninguém se importar com o fato comum de que um professor de filosofia acaba sendo contratado para abarcar Sociologia, e vice-versa.

A professora P4, seguindo a mesma linha crítica, considera que, na prática, as escolas particulares direcionam a Filosofia prioritariamente para o vestibular. Segundo ela,

P4: O estudo da filosofia segundo as instituições particulares precisa ser direcionado para o ENEM e o ENEM depende das pessoas que estão no poder então aí você já averigua a pessoas ‘questão dos posicionamentos né? Que teremos ao longo da história. Hoje nós não podemos ser críticos. Hoje nós não podemos fazer com que os alunos reflitam sobre os problemas qual eles estão inseridos como agente transformadores. Hoje o aluno se vê fora dessa realidade.

A fala da professora P4 nos permite ponderar que a submissão do ensino da Filosofia ao processo de preparação dos alunos ao vestibular, como é comum nas escolas particulares, se constitui com uma de estrangulamento da Filosofia e do próprio trabalho docente. O que temos na prática, portanto, é um ensino de caráter propedêutico e tecnicista, alijando, assim, todo potencial crítico da Filosofia em detrimento dos eventuais resultados nos vestibulares.

A partir das falas dos professores entrevistados podemos admitir que o ensino de

Filosofia se encontra inserido no bojo de uma educação tecnicista como propõe o neoliberalismo. Diante disso, pensar o lugar e o papel da Filosofia no Ensino Médio é uma tarefa cada vez mais desafiadora, visto que os ideais tecnicistas se encontram cada vez mais hegemônicos na educação brasileira.

Se é difícil pensar a filosofia em razão de sua complexidade, pensa-la no cenário escolar constitui, ao menos para nós, um grande desafio, pois se, de um lado, temos diversas concepções de filosofia existentes na esteira das práticas dos docentes, temos, de outro, especificamente na escola de nível médio, as dificuldades inerentes a toda a educação no atual contexto neoliberal, no qual a escola procura constituir-se apenas em uma alavanca a serviço do mercado de trabalho, dos vestibulares e dos concursos. (GONTIJO; VALADÃO; 2004; p. 286)

Em relação à liberdade docente os professores P1 e P3 relataram nunca terem sido vítimas de nenhuma forma de censura. O professor P3, inclusive, frisou diversas vezes, que a liberdade na sua atividade de docência sempre foi assegurada e respeitada nas escolas em que atuou e que nunca se sentiu "constrangido" por nenhuma instituição em decorrência da atividade em sala de aula.

P3: Olha eu gostei muito de trabalhar Filosofia na rede privada (...) tinha liberdade para trabalhar o pensamento filosófico. Mesmo a instituição sendo confessional católica nunca fui vedado ou proibido de tratar com as pernas temas ligados à Filosofia e Sociologia em diferentes aspectos algumas polêmicas, mas eu sempre tratei disso com liberdade e acredito que naquele contexto 2009/2010 dando mais valor à Filosofia e Sociologia no ensino privado no ensino público depois que foi chegando a filosofia para as séries sequenciais para o primeiro, segundo e terceiro anos. Em alguns espaços só existia no primeiro ano do serviço público, e já na experiência particular trabalhei com filosofia no primeiro, segundo e terceiro anos.

Porém, as falas dos professores entrevistado P2 e P4 vão na contramão desta sinalização, e, portanto, merece um destaque, posto que elas se caracterizam como um alerta em relação à liberdade docente na atual conjuntura de crescente tensionamento político-ideológico:

P2: "Eu acrescentaria que nos últimos anos, com o agravamento das disputas e tensões político-sociais do país, as humanas têm sido estigmatizadas. Nunca irei esquecer que um dos argumentos levantados para minha demissão em uma escola particular de Santarém foi a de que um aluno me denunciou por pregar o comunismo em sala de aula. Chega a ser engraçado, pelo de que eu nunca em todos os meus 38 anos ter me reivindicado comunista. Não sei o que foi pior: a acusação, ou o fato desta acusação ter sido levada em conta na hora de pesar sobre a permanência ou não de um profissional no quadro docente da escola".

A fala do professor-entrevistado “P2” é grave e emblemática, pois evidencia as consequências negativas na vida concreta do trabalhador em educação de todo um discurso conservador que tomou conta do governo brasileiro. É notório que o governo Bolsonaro elegeu "o professor de humanas" como o culpado por um processo de "doutrinação marxista", e até a reponsabilidade pela "falta de qualidade da educação brasileira".

A professora P4 relata que já foi “chamada” na sua escola de atuação, por ser considerada tendenciosa. A professora relata que nunca sentiu plenamente livre para atuar em nenhuma escola particular de Santarém.

P4: Na escola particular(...) como os pais na atualidade assistem parte da nossa aula eu já fui chamada [PELA COORDENAÇÃO] né, (...) [ACUSANDO] que eu poderia estar sendo “tendenciosa”. Nós vivemos isso, nós vivenciamos isso aí no cursinho, não é? Sobre parar de discutir política, parar de tá levando o aluno a discutir política, ministrar mais aula, então a discussão [CRÍTICA] não seria um contexto dentro da aula, né? Então só aí você percebe o quanto é o medo da sensibilização e da conscientização que o aluno pode ter em relação ao seu papel transformador dentro da sociedade

Segundo a professora P4, a razão do aumento da pressão sobre o professor de Filosofia e das demais Ciências Humanas se deve ao processo de polarização política que o país vem atravessando nos últimos anos.

P4: Eu percebi de uns três anos pra cá como as coisas deram uma mudança e que tudo acaba sendo polarizado, né? Ou é uma coisa ou é outra. Mas as humanas que são aquelas disciplinas que podem causar e impactar, transformar, elas acabam sempre sendo colocadas em cabresto. Isso daí é inevitável porque um povo que conhece a sua história, um povo que conhece a sua essência um povo crítico, é um povo que cobra, é um povo que sabe os seus direitos, é um povo que vai praticar a cidadania.

A fala da professora é crucial para refletirmos a respeito dos impactos negativos do processo de ascensão do conservadorismo no Brasil no campo educacional, principalmente, a partir da eleição do governo Bolsonaro. Evidencia-se, desde então, um processo de radicalização ideológica que, de forma descabida, vincula o ensino das ciências humanas aos ideais de esquerda.

Em decorrência da polarização política no país os professores se sentem cada vez mais vigiados a pressionados, como denuncia o professor P2:

P2: Para mim o desafio é bem claro: ensinar filosofia sem perder o emprego. Porque se eu entendo que filosofar é posicionar-se criticamente perante a vida, eu preciso, para início de conversa, saber me posicionar frente ao próprio processo educativo, e às contradições do ensino

privado. O que significa, infelizmente, na avaliação rasa e costumeira, que o professor está falando mal da própria escola, ou que está doutrinando alunos etc.

A fala do professor P2 é impactante e preocupante, pois revela a pressão sofrida pelo professor de Filosofia que faz com que muitas vezes ele se sinta ameaçado por desenvolver uma atuação mais crítica em sala de aula.

A preocupação em relação ao tensionamento político foi observado também na fala da coordenação pedagógica da escola A. Quando indagada acerca do perfil ideal do professor de Filosofia para atuar no ensino Médio, a resposta dada pelo coordenador pedagógico foi esta:

C.P.A: Em tempos atuais as pessoas expõem suas ideias e preferências com bastante facilidade e de forma persuasiva. O professor de filosofia deve sim expor suas ideias e apresentar as diversas filosofias, mas com cuidado para deixar com que o aluno faça suas escolhas, que forme suas opiniões, mas sem imposições.

A resposta revela uma preocupação em relação às falas e posturas ideológicas do professor de Filosofia, partindo do pressuposto que o professor pode, por algum motivo, impor sua visão de mundo aos alunos. O que podemos compreender com isto, é a existência de uma visão reprodutivista de Ensino, como se o professor tivesse a finalidade apenas de reproduzir “as diversas filosofias”, para assim evitar eventuais problemas relacionados com as opiniões de alunos.

Mas, e se a opinião do aluno for de caráter racista, misógina ou homofóbica? O professor deve simplesmente entender e aceitar a “opinião” deste aluno? – Evidentemente, não. Pelo contrário, consideramos que “uma aprendizagem filosófica seria assim uma inserção em um modo de vida, uma mudança em comportamentos, em atitudes diante da vida” (GONTIJO, 2015; p. 10).

É claro, que não cabe a nenhum professor impor nenhuma visão de mundo ou paradigma filosófico. Porém, é preciso entender o caráter crítico da disciplina de Filosofia e a sua responsabilidade em desconstruir certos preconceitos, principalmente em um contexto de avanço de discursos conservadores e preconceituosos, como estamos vivenciando no Brasil.

A respeito dos principais desafios vislumbrados pelas coordenações pedagógicas em relação ao ensino da Filosofia no contexto do ensino médio privado, obtivemos as seguintes

respostas:

C.P.A: O maior desafio é saber fazer as colocações, apresentar a filosofia sem preconceitos, sem ferir àqueles que já possuem suas opiniões formadas (alunos do ensino médio já possuem opiniões formadas? Uma das tarefas do ensino da filosofia não é justamente contribuir para a formação intelectual dos alunos?)

C.P.B: A contratação de professores habilitados em cursos de Licenciatura com experiência no Ensino médio e que haja compreensão por parte do docente quanto a proposta pedagógica do Colégio.

A coordenação pedagógica da escola A novamente enfatizou a postura do professor de Filosofia como uma questão problemática no contexto do ensino médio, e a necessidade de se respeitar as *opiniões já formadas* dos alunos deste nível de ensino. O que, como já comentamos, se apresenta como um ponto de contradição em relação à própria finalidade do ensino de Filosofia, no momento em que a Filosofia se insere justamente como disciplina que visa contribuir para a formação intelectual e cidadã dos alunos deste nível de ensino, que ainda estão em processo de formação.

A coordenação pedagógica da escola B, por sua vez, enfatizou a dificuldade de contratação de professores habilitados e que compreendam a proposta pedagógica do colégio. Muito provavelmente a escola estava se referindo a questão confessional.

Quase todos os professores entrevistados fizeram comparações entre a infraestrutura das escolas públicas, em relação às privadas para tratar das “vantagens” das condições de trabalho que são propiciadas pelas escolas particulares. Em suma, os professores relataram a respeito da excelência da infraestrutura das escolas particulares, do fornecimento do material didático e da existência de suporte técnico-pedagógico.

Ressalta-se que 100% dos professores entrevistados apontaram a boa estrutura física para exercer seu trabalho. A disparidade entre a escola pública e a escola privada, tendo como parâmetro a infraestrutura, contribui na reprodução dessa dualidade, que favorece comercialmente o nicho privado. Inclusive entre os professores das ciências humanas, como pudemos observar.

A respeito da existência de alguma política de formação desenvolvida por escolas particulares de Santarém e voltada aos professores de Filosofia, a pesquisa constatou a inexistência efetiva de qualquer política nesse sentido. A partir dos relatos dos professores entrevistados, concluímos que existem apenas *formações ou instruções gerais a todos os professores*, como as que ocorrem nas chamadas "semanas ou jornadas pedagógicas".

Período que antecede o retorno do ano letivo em que as escolas particulares trazem palestrantes e consultores educacionais, muitas vezes patrocinados pelas editoras-parceiras das escolas para tratar a respeito de "concepções pedagógicas", "metodologias de ensino", "processos avaliativos". Sobre este contexto destacamos a fala do professor entrevistador P2:

P2: Houve uma escola em que havia uns encontros regulares com os representantes da empresa que fornecia o material didático. Era mais uma formação para o material que estava sendo vendido. Não uma formação para os professores de filosofia debaterem e chegarem a um consenso sobre a condução do ensino de filosofia, aprendendo novos conteúdos e metodologias, ou coisas do tipo.

Para falar a verdade, nem na pública eu vejo isso. O espaço para os debates e o exercício constitucional da liberdade de cátedra e da pluralidade de concepções é cada vez mais uma utopia legislativa brasileira. No geral, a política de padronização dos professores, das metodologias, dos conteúdos, dos alunos, das escolas etc etc etc é o que vigora com cada vez mais eficiência e poder.

Tendo como base a fala do professor P2, podemos abstrair que o professor de Filosofia é somente assistido (para não dizer *vigiado*) pela escola em relação somente a aspectos gerais, como, por exemplo, transmissão do conteúdo, manutenção da disciplina em sala e o processo avaliativo junto os alunos.

A fala dos professores P3 e P1 reforçam essa constatação:

P3: Atuo apenas em uma instituição educacional e, até o momento, desconheço qualquer política de formação continuada, especificamente, voltado para a Filosofia.

Segundo o professor P3, o que é oferecido ao professor nas escolas particulares são momentos pontuais de reflexão em palestras ou encontros, mas nunca a formação continuada, de fato. Nas palavras dele,

P3: Não houve, assim, em nenhuma escola que eu trabalhei efetivamente, essa formação permanente e necessária para com os professores. Haviam falas ou palestras em jornadas ou semanas pedagógicas ou momentos pontuais como aniversário ou algum projeto desenvolvido pelas escolas em que eu fui convidado para fazer...e aí eu deixava sempre escapar, fui ao Senai falar com os jovens, fui em algumas universidades, algumas escolas, e mesmo falando com crianças sempre trazendo elementos filosóficos.

Levando em consideração o que expõe o professor, é possível compreender que a “formação” disponibilizada pelas escolas é forma genérica e que, portanto, não dialoga com as especificidades e necessidades do ensino de Filosofia.

Neste sentido, também questionamos aos coordenadores das escolas particulares

visitadas em relação à existência de formação junto aos professores e a resposta convergiu com as que foram dadas pelos professores, como observamos na fala do coordenador pedagógico da Escola A:

C.P.A: A escola promove encontro pedagógicos, e quando há necessidade de um evento de formação continuada, a escola dá todo apoio necessário ao professor.

Já a coordenação pedagógica da escola B, por sua vez, se limitou apenas em afirmar que não existe formação continuada específica destinada aos professores de Filosofia.

Assim, a realidade dos professores de Filosofia nas escolas particulares de Santarém é marcada por inúmeros desafios e contradições, quando se trata das condições objetivas do ensino de Filosofia. Tal realidade faz com que o professor se sinta pressionado a dar os resultados que são inerentes ao seu trabalho docente, principalmente, no ambiente privado, onde são fortes os mecanismos de controle e pressão e a sensação de instabilidade contratual colabora ainda mais para um sentimento de desgaste e impotência do professor que atua nessas condições.

O professor do Ensino Médio na rede privada de ensino depende de resultados para ter a mínima segurança em relação a manutenção do seu emprego. Esse resultado, se expressa tanto na aprovação dos seus alunos no ano letivo, como também, na aprovação dos seus alunos nos vestibulares, sobretudo, para as universidades mais concorridas e os cursos mais disputados, como medicina e engenharias.

Desta forma os professores de Ciências Humanas, em especial das disciplinas de Filosofia e Sociologia são cobrados em relação aos resultados. Porém, sem dispor da mesma carga horária das disciplinas consideradas prioritárias, evidenciando a desvalorização daquelas disciplinas, conforme relata a entrevistada P1

P1: Devido a todo um processo histórico de desvalorização da filosofia como área do conhecimento, ainda é possível sentir, por parte de algumas pessoas, um certo descrédito quando se compara, por exemplo, com a matemática ou o português. Algumas pessoas ainda não perceberam a sua relevância.

No âmbito da valorização profissional, os professores de Filosofia estão inseridos dentro de um processo histórico marcado pela desvalorização, que perpassa da inexistência de formação continuada à insuficiente carga horária, processo este que, inclusive, chega a afetar estruturas psicológicas como denuncia a professora P4,

P4: Ao longo desse meu tempo o professor nunca foi valorizado. O professor sempre foi visto como babá. Sempre foi visto como aquele ser humano que precisa passar[COMPLETAR] tudo aquilo que os pais não ensinam em casa. Nunca como um profissional que deva ser visto dentro do seu contexto como um profissional fundamental pra estrutura da sociedade. Eu sou apaixonada pela docência, eu sou apaixonada em ser e ministrar aula, mas de um tempo pra cá, aproximadamente dois, três anos tem se tornado quase que um peso insuportável.

O relato da professora é angustiante, pois revela uma realidade na qual o professor não se sente valorizado no exercício da sua profissão, de tal modo, que chega a considerar a docência “um peso quase insuportável”. Essa realidade pode engendrar cansaço, desânimo, ansiedade e, em alguns casos, até depressão.

Assim, podemos considerar que a Filosofia é tratada como uma disciplina de "menor importância" o que culmina num processo ainda mais adiantado de desvalorização tanto da disciplina de Filosofia como do professor de Filosofia, no contexto do Ensino Médio da rede privada. Porém, mesmo diante desse quadro de dificuldades coletamos o relato de esperança abaixo:

P1: [...], contudo, há também, esforços para que o ensino da filosofia ofertado aos educandos seja de qualidade e os conduza a uma verdadeira reflexão crítica da realidade, tornando-se protagonistas das suas histórias e cidadãos, eticamente, comprometidos.

De acordo com o material coletado e sua análise, um dos principais diferenciais da escola particular é a existência de condições materiais para a realização de um trabalho de *mais qualidade* para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, como por exemplo, salas mais bem equipadas e confortáveis.

No entanto, para nós isto se revela como um verdadeiro “canto da sereia”, no momento em que este fato apenas busca ocultar a precarização das condições de trabalho do professor de Filosofia na escola particular, como a crescente pressão e vigilância em relação e posicionamentos em sala de aula, e a constante cobrança da direção da escola, da coordenação e dos pais por resultados em vestibulares, notas, disciplina, aprovação, etc.

Em síntese, a Filosofia nas escolas particulares de Santarém, ocupa um lugar secundário e os seus professores estão inseridos numa realidade marcada pela desvalorização e por uma crescente pressão por conta de uma conjuntura política-ideológica desfavorável à prática de um ensino crítico e emancipatório.

CAPÍTULO 3: O ENSINO DA FILOSOFIA NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO E ASPECTOS GERAIS

Na primeira seção deste capítulo é realizada uma síntese da história do ensino da Filosofia no Brasil, partindo do período colonial e chegando aos dias atuais. Optamos por esse longo recorte temporal para ampliar a demonstração de que o ensino da Filosofia no Brasil sempre foi marcado por *intermitências*, isto é, ora presente e ora ausente na educação básica brasileira. Já na segunda seção, apresentamos as características do ensino da Filosofia no contexto do ensino Médio, tendo como referência Gallo (2006) e Severino (2010), além de apresentarmos reflexões sobre desafios relacionados ao ensino da Filosofia num contexto marcado pelo avanço da desintegração do tecido social, de reformas econômicas nos marcos neoliberais que aponta para um cenários de mais pobreza, da aplicação da reforma do ensino médio de 2017 que rebaixará ainda mais o acesso ao conhecimento.

3.1. Breve histórico

Desde a sua gênese, que remonta aos jesuítas no séc. XVI, o ensino da Filosofia no Brasil, é marcado por polêmicas, disputas e rupturas, confundindo-se, neste sentido, com própria história da Educação no Brasil.

A Filosofia, em certos momentos da história da educação brasileira, foi destinada apenas aos filhos das classes sociais abastadas, constituindo-se, dessa forma, como mais um elemento de manutenção do *status quo*, posto que seu ensino, tendo um caráter elitista, contribuía para acentuar as desigualdades entre as classes sociais.

Como a Filosofia é esse despertar crítico para a realidade, e como historicamente a sociedade brasileira é composta por ricos e pobres, o ensino de Filosofia sempre esteve a serviço daqueles que são uma minoria. (LAGO, 2000; P. 03)

Durante este primeiro momento se observa a hegemonia de uma Filosofia escolástica vinculada aos interesses da Igreja Católica e ao projeto colonizador que ela alicerçava, e, claro, sem pretensões de acolher mudanças ou influências leigas.

Destacam-se, entre as primeiras instituições a ofertarem o ensino da Filosofia no Brasil colonial, o Colégio da Companhia na Bahia, fundado em 1556, configurando-se como a primeira instituição a ofertar o curso de Filosofia no séc. XVI, e também o colégio do Rio de Janeiro, fundado em 1565, e que veio se tornar o Real Colégio das Artes.

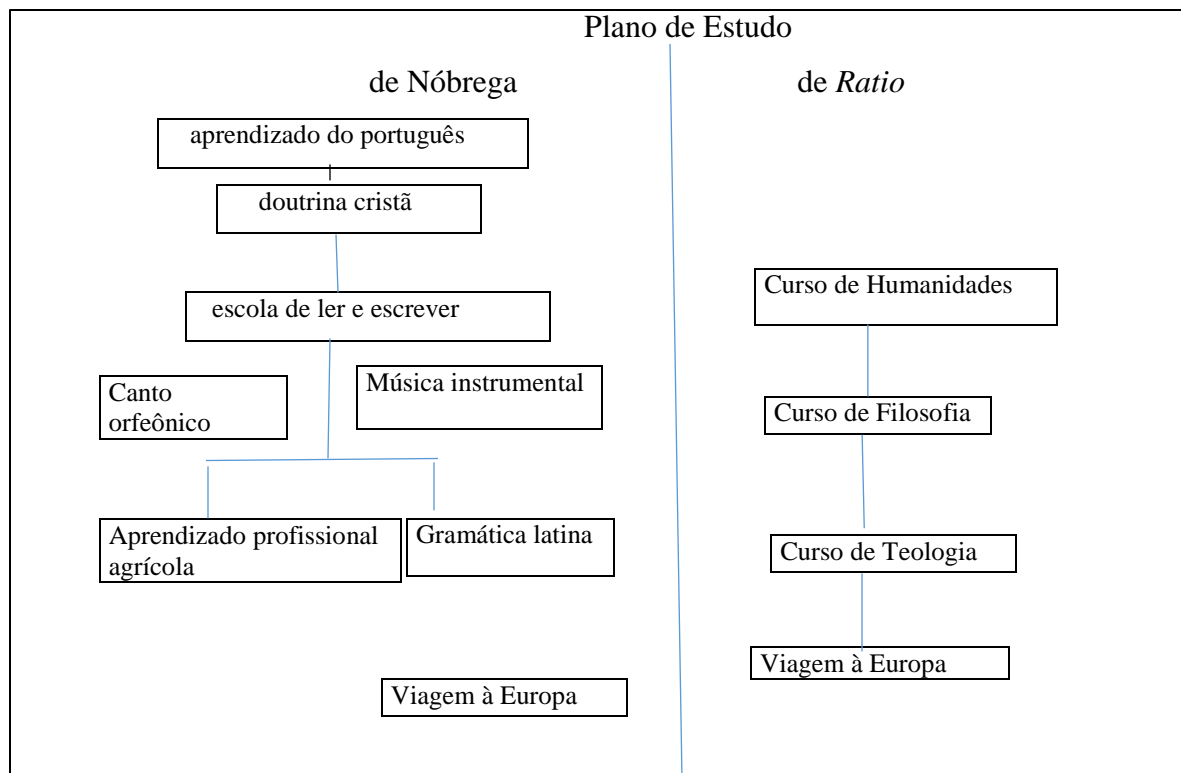
A Filosofia, como parte do ensino superior, era restrita aos jovens ricos e proprietários da colônia, excluindo, portanto, índios, negros e pardos pobres desse processo,

Nota-se que a orientação contida no *Ratio*, que era a organização e plano de estudos da Companhia de Jesus publicado em 1599, concentra sua programação nos elementos da cultura europeia. Evidencia desta forma um desinteresse ou constatação da impossibilidade de instruir também o índio. (RIBEIRO, 1993, p.22)

O *Ratio Studiorum*, que foi utilizado inicialmente pelo padre Manuel de Nóbrega, correspondia ao método de ensino que também estabelecia o currículo do sistema educacional do Brasil colonial, e servia como instrumento de imposição dos valores e dos dogmas cristão católicos, assim como a plena formação da elite da época,

A Filosofia, nesse contexto, era mais um elemento de distinção de classe social, aprofundando ainda mais o abismo que separava a elite colonial do restante da população. Seu ensino tinha uma duração de três anos e estruturava-se a partir dos estudos de Lógica, Física, Metafísica, Matemática, Cosmologia e Filosofia Moral.

Figura 01- Estrutura de Ensino Jesuítico no Brasil Colonial.



Fonte: RIBEIRO, 1993.

A partir das mudanças que ocorrem em decorrência das Reformas Pombalinas,

privilegia-se uma educação liberal, influenciada pelos ideais iluministas franceses, voltada para atender os interesses da nascente burguesia em detrimento do antigo projeto escolástico que fundamentava a pedagogia catequista da companhia de Jesus.

[...] as “reformas educacionais” que Pombal pretendia impor em Portugal e na Colônia, isto é, um modelo educacional focado no modelo capitalista. Estas ações desencadearam adiante a expulsão dos Jesuítas, já que [...] os Jesuítas se baseavam em modelo educacional arcaico e feudal. (FORTES, 2012; p.09)

Na prática, porém, o que ocorreu foi um verdadeiro desmonte da estrutura educacional brasileira a partir da expulsão dos jesuítas e na supressão de toda a sua estrutura pedagógica. Essa nova realidade ficou estigmatizada pelas “aulas régias”, que significava um ensino inconsistente e completamente desorganizado, como expõe Saviani (2013)

As aulas régias foram estendendo-se no Brasil, embora enfrentando condições precárias de funcionamento, salários reduzidos e frequentes atrasos nos pagamentos dos professores. As aulas régias eram sinônimo de escola que, por sua vez, se identificavam com determinada cadeira, funcionando, em regra, na casa dos próprios professores. Daí as expressões “aulas de primeiras letras”, “aulas de latim”, “de grego”, “de filosofia” etc. Eram aulas avulsas, portanto, os alunos podiam frequentar umas ou outras indiferentemente, pois além de avulsas, eram isoladas, isto é, sem articulação entre si. (p. 108)

Com a transferência da corte portuguesa, em 1808, houve um forte investimento por parte de D. João VI para a criação de infraestrutura administrativa que possibilitasse o gerenciamento dos negócios da Coroa na colônia. Era, portanto, necessário formar os quadros que atendessem aos interesses do Estado. Como consequência dessa necessidade ocorre a reestruturação do ensino superior. Porém, de modo geral, a estrutura educacional no Brasil permanece a mesma desde o período Pombalino.

A respeito da Filosofia, observa-se a sua presença desde o período colonial, porém sempre de caráter propedêutico ao ensino superior (ALVES, 2000, p.33) e restrito, portanto, às parcelas mais abastadas da sociedade.

Porém, com a proclamação da República em 1889, mudanças significativas ocorrem no campo educacional, isso se deve, principalmente, pela influência do positivismo, que foi importado da Europa, sobretudo, pelos militares brasileiros. Entre as principais medidas, destacamos o investimento na Educação escolar pública de caráter laico em contraposição a hegemonia da Igreja no Sistema Educacional brasileiro desde o período colonial.

Sob a influência da ideologia positivista, o incipiente Estado republicano, através de Benjamin Constant, primeiro ministro da Instrução Pública (ALVES, 2000, p. 30), implementa uma série de reformas educacionais, que almejavam, em última instância um ensino mais científico e dotado da utilidade necessária ante o ideal de progresso, próprio do positivismo. A consequência dessas reformas foi a retirada da Filosofia pela primeira vez do currículo da educação básica, dando início, desta forma, ao seu itinerário intermitente em relação à sua presença como disciplina na rede pública de ensino.

A partir desse momento a presença da Filosofia é marcada pela confusão e incertezas. Ora totalmente ausente, ora de caráter complementar, às vezes pouco-presente, mas sempre ameaçada, por ser vista, quase sempre, como uma ameaça: da Igreja, do Estado ou do progresso, ou mesmo desnecessária.

Porém, a partir do estabelecimento da Ditadura Militar (64-85) a questão do ensino da Filosofia toma uma proporção muito maior, devido, principalmente, ao tensionamento político-ideológico que marcou o período no contexto da polarização capitalismo x comunismo decorrência da chamada ‘guerra fria’ e que culminou na ascensão de regimes autoritários, não apenas no Brasil, mas em boa parte da América Latina marcada fortemente pela intervenção dos EUA.

As reformas educacionais empreendidas pelo governo dos militares contaram com o suporte técnico da Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Sob orientação dos técnicos da USAID houve a “modernização” do currículo de diversos níveis de ensino do país, que na prática, converteu a educação brasileira num projeto meramente tecnicista, privilegiando as áreas tecnológicas em detrimento de conteúdo que, na ótica dos militares, pudesse abrigar “ideias subversivas”.

Podemos perceber, fundamentados em Carminati (2004) e no seu artigo “O Estatuto Da Filosofia No Ensino Secundário No Brasil Durante A Ditadura Militar”, que a Filosofia foi tratada como uma disciplina de pouco valor diante do projeto de educação defendido pelos militares. Segundo o autor, a Filosofia (ABNT)

Parecia pouco rentável aos olhos dos tecnocratas, cuja disciplina teria pouca ou nenhuma utilidade para um país que, pelo menos pretensamente, havia feito uma opção clara por um tipo de desenvolvimento capitalista. (p. 179)

Neste sentido, a Filosofia volta a ser desvalorizada, pois passa a ser considerada como algo que não dialoga com este projeto de educação tecnicista, como também passa a ser

entendida como abrigo fértil para ideias subversivas. Sobre essa retirada durante a ditadura militar Alves destaca que

A filosofia, disciplina naturalmente voltada para a discussão de ideias, sistemas, teorias, etc., logo ganha a antipatia dos ideólogos do poder constituído, e a sua retirada passa a ser cogitada como uma necessidade, em nome da segurança nacional” (2000; p. 40).

Esse processo de reestruturação da educação brasileira tem sua culminância na Lei 5.692/71, pela qual se evidencia a ausência da Filosofia no ensino secundário. Outras disciplinas, como Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política Brasileira (OSP) e Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) foram implementadas no currículo nacional com o intuito de justificar a retirada do ensino da Filosofia, como podemos observar,

Art. 7.º - Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. (BRASIL, 1971)

Em relação a esta lei Alves (2000), considera que,

Foi elaborada para responder à uma demanda econômica, do capital nacional e das multinacionais, que necessitavam de mão de obra qualificada, mas de baixo custo, para o trabalho em suas indústrias daí o caráter profissionalizante que adquiriu o ensino secundário (p.42)

Não podemos deixar de mencionar, entretanto, que a luta em defesa do ensino da Filosofia foi também uma característica marcante desse período. Destaca-se as atuações da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF), o Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), a Associação Brasileira dos Filósofos Católicos (ABFC), que articularam com outras organizações o movimento em defesa do ensino da Filosofia.

A partir da década de 80 inicia o processo de abertura política do país, o que impulsionou o movimento em defesa do ensino da Filosofia. Da mesma forma que abertura política ocorre de forma lenta, gradual e controlada o ensino da Filosofia foi reintroduzido, também, de forma lenta, gradual e controlado pelo Estado.

Neste período, um dos marcos na luta pela defesa do ensino da Filosofia foi a Lei 7.044/82, que revogou a compulsoriedade profissionalizante do ensino do 2º grau. Porém, é a partir do Parecer nº 342/82 do Conselho Federal de Educação que ocorre o retorno da Filosofia como disciplina optativa (KAY, 2011). Na prática, não trazia nenhuma garantia

para efetivação do ensino da Filosofia nas escolas. Para além disso, a permissão legal para que professores sem a formação específica necessária atuassem na Educação Básica demonstra de forma clara a negligência na forma de projeto político institucionalizado em relação ao compromisso do Estado com a qualidade do ensino da Filosofia no país, e que infelizmente vem se radicalizando nos últimos anos.

Na década de 90, a partir da promulgação da nova Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, após um longo percurso marcado por muitos tensionamentos políticos, evidencia-se ainda mais o embate entre o público e o privado, que de certa forma, é a base das disputas no campo das reformas educacionais na realidade brasileira ao longo da história. E explicitam a intervenção do setor tanto empresarial-privatista, como dos organismos internacionais vinculados aos interesses hegemônicos do Capital. Interesses que se manifestam em dupla face, no rebaixamento dos conteúdos disponíveis aos alunos das escolas públicas e a intensificação da comercialização da educação privada por se caracterizar como superior a pública. Nas palavras de Rodrigues (2012):

A luta e a contestação dos educadores brasileiros e dos setores populares em prol das reformas educacionais, sociais e políticas, desde meados da década de 80, alteram-se e são desestruturadas, por meio da edição da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/96 – que desconsidera todo esse processo e esvazia a correlação de forças, a partir do modelo neoliberal que adota o país, desde o início do governo Fernando Collor de Mello, consolidando-se e aprimorando-se com dos períodos do governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC – de 1998 a 2002, seguidos da posse de um presidente de linhagem popular e sindicalista, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, governando por oito anos, com uma certa continuidade aos ditames colocados. (p.71)

A LDB/96 é, portanto, a lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e que intencionalmente, a partir dos marcos do projeto neoliberal, não cria mecanismos para a efetivação do que está sendo pautado pelo próprio texto da lei. O que temos, em outros termos, é a desresponsabilização do Estado em relação a criação de ações e mecanismos que busquem o asseguramento concreto de uma escola pública, universal, gratuita, laica e de qualidade, transferindo essa responsabilidade para as secretarias estaduais de ensino, aos gestores e a sociedade civil organizada.

No que diz particularmente a respeito da presença da Filosofia no Ensino Médio isso fica explícito no momento em que se tem expresso na lei uma retórica da importância do

ensino da Filosofia nas escolas, como requisito fundamental de uma educação integral tanto para a formação intelectual, quanto para a formação cidadã dos indivíduos. Porém, em nenhum momento descrevendo-a como disciplina obrigatória do currículo nacional, como podemos observar abaixo:

Art.36

§ 1ª. Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: [...]

III -domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania... (BRASIL, 1996)

Na prática isso se converteu numa fragilidade estrutural do ensino da Filosofia no Ensino médio brasileiro. Fragilidade esta que me manifestava ora na descontinuidade do ensino, ou até a mesmo na ausência completa da disciplina nas escolas, portanto, reproduzindo todas as contradições inerentes ao movimento histórico da Filosofia enquanto disciplina escolar no Brasil.

Esse quadro de fragilidade estrutural permanece até o ano de 2008, quando a partir da lei nº 11.684/2008, de autoria do então deputado federal Ribamar Alves, altera-se o artigo 36 da LDB. A Filosofia, junto com a Sociologia, volta a compor o corpo das disciplinas obrigatórias do currículo nacional do Ensino Médio.

A partir desse momento ocorreram avanços significativos em relação ao ensino da Filosofia na Educação Básica. Entre esses avanços podemos destacar o aumento de licenciaturas em Filosofia no país (o que infelizmente, como já constatamos, não se estendeu à região Oeste do Pará), a implementação de políticas de formação para os professores da pública, a exemplo, do Parfor, a avaliação de conhecimentos de Filosofia no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e o aumento de pesquisas a respeito do ensino na Filosofia no contexto do Ensino Médio.

Acontece, porém, que num curto espaço de tempo, menos de nove anos, a Filosofia, assim como a Sociologia, perde novamente a condição de disciplinas obrigatórias. Através da Medida Provisória (MP 746/2016) da Presidência da República, referendada posteriormente na Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que alterou novamente a LDB, essas disciplinas deixaram de ser obrigatórias. Assim,

[...]as contradições envolvendo a história da educação no Brasil e o ensino de filosofia, onde se constata pequenos avanços em alguns períodos e grandes retrocessos em outros, pois esteve atrelado às políticas

governamentais, e, por vezes, considerado perigoso, a ponto de ser proibido e retirado do currículo. (COSTA, p. 305)

Destaca-se, também, que todo esse processo de retirada da obrigatoriedade do ensino de Filosofia se deu sem contar com a necessária participação da sociedade. Evidenciando o caráter autoritário da medida, e tendo como intuito atender os interesses dos setores políticos e ideológicos hegemônicos no país.

Tudo isso ocorre num contexto marcado pelo avanço de pautas conservadoras que se voltaram no campo educacional, sobretudo, contra as disciplinas e os professores de humanidade. Um exemplo desse “trágico fenômeno” foi o “Programa Escola sem Partido”, criado pelo advogado Miguel Nagib, e que em tese pretendia combater o que se convencionou chamar de “doutrinação ideológica”. Mas que na prática significava a censura à crítica e ao contraditório e a perseguição aos professores.

Ao longo deste tempo muitos projetos de lei inspirados no “Programa Escola Sem Partido” foram apresentados em inúmeras câmaras municipais, assembleias legislativas, e até no Congresso Nacional. Mas graças a reação de professores, estudantes, políticos, juristas e entidades que lutam em defesa da educação crítica, e após uma repercussão extremamente negativa, chegando o Programa a ser classificado pelo alto Comissariado para os Direitos Humanos, órgão da Nações Unidas, como uma ameaça aos direitos humanos básicos, o “Escola Sem Partido” teve o seu fim em 2019. Gontijo resume bem o problema fundamental do projeto:

Projetos como o “*Escola sem Partido*” expressam despreparo e desrespeito pela natureza e história do conhecimento científico e filosófico. No campo das Ciências Humanas e da Filosofia se aprende, dentre outras coisas, compreendendo a diversidade de posicionamentos e de visões de mundo. *Nenhuma ideologia ou vertente epistemológica deveria ser negada aos estudantes.* A preocupação com possíveis ou supostas posturas doutrinadoras de docentes deveria ser objeto de uma maior participação e de dinamização do trabalho da escola, e não de cerceamento da ação docente. (GONTIJO, 2015; p. 14, grifos nossos)

A partir do advento da Lei 13.415, de 2017, lei que instituiu a reforma, o ensino médio passa a ser estruturado pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e organizado por *itinerários formativos* por cada sistema de ensino. O currículo passa a ser organizado em áreas do conhecimento, como pode-se observar no artigo transcrito abaixo:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser

organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional (BRASIL, 2017, s/p).

Com a Reforma do Ensino Médio de 2017, e com a implementação da BNCC a Filosofia deixa de ser considerada disciplina obrigatória, mas apresentada a partir de “estudos e práticas”, dentro da grande área de ciências humanas e sociais aplicadas. O que de nossa perspectiva representa um claro retrocesso porque nada garante sua oferta, como aponta Gontijo:

Em princípio, cada estado poderia definir que a BNCC ocupará apenas mil horas de todo o Ensino Médio. Embora a lei assegure que deverão ser previstos estudos e práticas de Filosofia e de outras disciplinas, não há como garantir que espaço da Filosofia será preservado e ela mantida no currículo. (GONTIJO, 2015; P. 16)

Chamamos a atenção, por exemplo, para a parte em que se explicita a fragilidade da oferta do currículo na sua integralidade, no momento em que o artigo destaca “a possibilidade dos sistemas de ensino”. Ou seja, caso não haja a possibilidade, não há a obrigatoriedade da oferta. O que, na nossa ótica, afeta, sobretudo, as disciplinas que sofrem historicamente de carências relacionadas à formação docente, como é o caso da Filosofia. Como bem salientam Jesus *et al* no artigo “Sobre o lugar da filosofia no ensino médio e na educação científica” de 2020,

Mesmo com as evidências e recomendações da necessidade da filosofia, o cenário educacional brasileiro permanece instável por conta das reformas que culminaram no afastamento da filosofia. Infelizmente, até então, o lugar da filosofia como área e disciplina não se estabeleceu, principalmente quando olhamos de um ponto de vista temporal da história. Os poucos anos em que parecia desfrutar de algum avanço e indicar o reconhecimento na prática escolar dentro de outras disciplinas, como as ciências, arrefeceu e agora talvez se possa dizer que retrocedeu. Diante do exposto, fica claro que a filosofia não é o único alvo, embora seja o mais explícito, fato público e notório, diante de declarações públicas de autoridades contra cursos de filosofia no país. (p. 13)

O cancelamento da obrigatoriedade do ensino da Filosofia a partir da Lei 13.415/2017 representa um grande retrocesso pedagógico e político e coloca em xeque, portanto, os

avanços conquistados nos anos anteriores, trazendo incertezas em relação ao lugar da Filosofia no Ensino Médio e promovendo insegurança profissional aos professores atuantes no contexto da Educação Básica e mesmo um desestímulo à procura dessa formação.

Assim, o ensino da Filosofia vem ao longo do seu processo histórico enfrentando inúmeros obstáculos, e também sendo marcado por contradições cruciais relacionadas com a sua própria finalidade, como bem conclui Lago (2000),

Portanto, no decorrer da história da educação brasileira, houve momentos em que o ensino da Filosofia ocorreu de forma “mediocre”, abertamente a favor das classes que estavam no poder para a manutenção da exploração, e, momentos que se portou de forma “heroica” desafiando o poder, criticando a dominação e desmistificando ideologias. (p. 05)

Em síntese, do período colonial aos dias atuais a Filosofia se revela como uma disciplina fundamental, ora servindo aos interesses da elite brasileira e ora representando um contraponto crítico em relação ao processo de dominação e alienação da sociedade. Observa-se, também, que sempre que o ensino da Filosofia assume um caráter crítico ela passa a ser duramente atacada para que ela se limite aos interesses das classes dominantes, como se evidencia a partir da Reforma do Ensino Médio de 2017.

3.2. Aspectos gerais

Desde o seu início a Filosofia tem, essencialmente, um caráter questionador a respeito do mundo, da sociedade e do homem. Assim podemos afirmar que “a Filosofia faz suas perguntas sobre o mundo cotidianamente desde seu início e produz as mais diferentes respostas a essas questões” (GONTIJO, 2015).

Foi assim, a partir das primeiras reflexões filosóficas, na Grécia por volta do século VI a.C (MARCONDES, 2004) que se erigiu o edifício das diversas ciências, que hoje se encontram em avançado processo de desenvolvimento.

A Filosofia é essencial na vida de todo ser humano, visto que proporciona a prática de análise, reflexão e crítica em benefício do encontro do conhecimento do mundo e do homem. Leva o estudante à oportunidade de desenvolvimento de um pensar autônomo e crítico, ou seja, permite que ele possa experimentar um pensar individual. (SANTOS, 2019, P.116)

Assim como no passado, as reflexões filosóficas continuam imprescindíveis para que os profissionais de todos os ramos do conhecimento possam manter suas mentes sempre abertas e preparadas para novas descobertas, assim como, para desenvolvimento de

tecnologias inovadoras e transformadoras da realidade. Sempre na perspectiva de um mundo melhor.

A presença da filosofia no currículo do ensino médio justifica-se pela contribuição que é chamada a dar para o desenvolvimento intelectual do adolescente, com vistas a subsidiá-lo na ressignificação da sua experiência e sua realização como sujeito pessoal autônomo, participante da vida da pólis, como cidadão. (SEVERINO; 2010; p, 58)

Diante disso, o professor de Filosofia tem a desafiadora missão de bem ensiná-la e compreender a dimensão transformadora de uma disciplina que é o fundamento de todo o projeto de ciência que se edificou ao longo da tradição ocidental dos últimos aproximadamente dois mil e quinhentos anos, como bem elucida o professor Silvio Gallo (2006, p.18):

Quando nos dedicamos ao ensino da filosofia, em especial na educação média, precisamos ter em mente que tratamos com um tipo de saber que possui uma história de mais de dois mil e quinhentos anos e que continua vivo e ativo. Seu ensino precisa, pois, estar atento a esta vitalidade e a esta história. (2006, p. 18)

Silvio Gallo, professor titular em Filosofia da Educação do Departamento de Filosofia e História da Educação na Faculdade de Educação da UNICAMP, faz três alertas aos professores de Filosofia para que as aulas de Filosofia se tornem experiências significativas aos alunos (Gallo, 2006):

1. Atenção ao ato de filosofar como ato/processo: Isto é, compreender o ensino da Filosofia como um processo de filosofar, pelo qual o aluno é chamado a exercer a Filosofia como uma experiência histórica e viva, em que ele é parte constitutiva dela.
2. Atenção à história da Filosofia: O professor precisa ter condições para oportunizar aos alunos o acesso à história da Filosofia. Para o autor, portanto, ensino da Filosofia é também o ensino da história da Filosofia.
3. Atenção à criatividade: Da mesma forma que é imprescindível a história da Filosofia, é fundamental que o professor apresente condições de manifestar seu próprio pensamento, para que o ensino de Filosofia não se torne algo mecânico, ou seja, mera reprodução da tradição e história da Filosofia.

Em suma, podemos dizer que ensinar filosofia é um exercício de apelo à diversidade, ao perspectivismo; é um exercício de acesso a questões fundamentais para a existência humana; é um exercício de abertura ao risco, de busca da criatividade, de um pensamento sempre fresco; é um exercício

da pergunta e da desconfiança da resposta fácil. Quem não estiver disposto a tais exercícios, dificilmente encontrará prazer e êxito nesta aventura que é ensinar filosofia, aprender filosofia. (GALLO, 2006, p. 20)

Os desafios relacionados ao ensino da disciplina de Filosofia, estão também vinculados à natureza e especificidades da própria Filosofia.

O Ensino de Filosofia é para muitos que se dedicam a ele uma aventura desafiante, instigante e motivadora. É difícil explicar o que geralmente pode estar na singularidade da experiência filosófica, até mesmo pelo fato que em cada um e cada uma a experiência é única e intransferível. (GONTIJO, 2015; p. 07)

Compreendemos o ensino da Filosofia a partir de três características principais, que são: o pensamento conceitual, o caráter dialógico e a crítica radical, como bem descreve Gallo (2006, p. 23),

1. trata-se de um pensamento conceitual: enquanto saber, ela é sempre produto de pensamento, é uma experiência de pensamento. Mas o que caracteriza a filosofia (...) é que ela é uma experiência de pensamento que procede por conceitos, que cria conceitos, à diferença da ciência e da arte.
2. apresenta um caráter dialógico: ela não se caracteriza como um saber fechado em si mesmo, uma verdade dogmática, mas como um saber que se experimenta, que se confronta consigo mesmo e com os outros, que se abre ao diálogo com outros saberes, um saber aberto e em construção coletiva.
3. possibilita uma postura de crítica radical: a atitude filosófica é a da não-conformação, do questionamento constante, da busca das raízes das coisas, não se contentando com respostas prontas e sempre colocando em xeque as posturas dogmáticas e as certezas.

Assim, as aulas de Filosofia têm o poder de despertar nos estudantes, a partir das suas reflexões, a busca pelo conhecimento e o desenvolvimento do pensamento crítico, tão necessários para o progresso das ciências e para a gestação de uma sociedade mais justa. Privar os alunos desse conhecimento é conter o avanço da sociedade em direção a um mundo melhor, pois

Os conteúdos de Filosofia, quando trabalhados de forma dinâmica servem como instrumentos para os alunos perceberem a realidade social, pois é na relação teoria-prática e na diversidade de depoimentos dentro e fora de sala de aula que se descobre muitos desequilíbrios na estrutura social. (LAGO, 2000; p. 56)

Portanto, as reflexões filosóficas são fundamentais para a plena formação dos estudantes na educação básica, como defende Severino (2010),

Não se trata de fornecer ao estudante uma erudição acadêmica, mas de ajudá-lo a desenvolver uma forma de apreensão e vivência da própria

condição humana, o amadurecimento dessa experiência à altura da dignidade dessa condição, experiência que possa contribuir para a condução da sua existência histórica"(p. 58)

Faz-se necessário, contudo, que os professores que atuam no Ensino Médio sejam dotados de uma sólida formação, para que deste modo, os estudantes a partir das aulas sejam capazes de refletir, de fato, filosoficamente. Isto é, de forma *radical, crítica e de conjunto*, a respeito dos problemas que são postos a eles, como bem propõe o professor Dermeval Saviani (1996) na obra *Educação: Do Senso Comum À Consciência Filosófica*.

A formação adequada é condição *sine qua non* para que o ensino da Filosofia atinja as suas finalidades. O professor com uma formação consistente terá condições de elaborar didáticas que tornem a experiência do ensino de Filosofia mais significativa em sala de aula, como considera Santos (2019),

O objetivo central do ensino da filosofia é introduzir o estudante à filosofia, ou seja, levá-lo para dentro e inseri-lo numa forma específica de saber, então, a didática do ensino da filosofia deve perseguir em termos gerais, uma dupla finalidade: a) criar mediações pedagógicas que facilitam o processo de aprendizagem; b) promover a transição para a construção da capacidade de pensar por conta própria, de modo que o estudante consiga gradativamente dispensar mediações com a filosofia. (p.113)

Neste sentido compreender o papel do ensino da Filosofia, assim como o do professor de Filosofia, são tarefas cada vez mais importantes no contexto do Ensino Médio brasileiro. Sobretudo, por consideramos a Filosofia como uma disciplina de natureza interdisciplinar,

A filosofia, como postura geral de reflexão, atua articulando-se interdisciplinarmente com todas as demais disciplinas, instaurando uma visão integrada de todos os aspectos da existência histórica real dos educandos. (SEVERINO, 2010, p.73)

Porém, infelizmente, o processo de desvalorização da Filosofia, como já enfatizamos ao longo de todo o trabalho, traz uma triste consequência: o desinteresse dos alunos pelas aulas de Filosofia. Nas palavras de Santos,

Hoje o que se vê na escola é o desinteresse pela filosofia, pela reflexão e pelo pensamento. Os estudantes sentem dificuldades na escrita e na exposição de seus pensamentos por não desenvolverem a argumentação. Essas são algumas dificuldades que o professor de filosofia vivencia em sua prática. Estudantes desinteressados pelo saber filosófico. A preocupação dos estudantes consiste exclusivamente em respostas rápidas que na maioria das vezes são apresentadas como questões objetivas, de escolha entre certo número de respostas, quando estas na verdade deveriam ser questões descritivas e de desenvolvimento argumentativo. Os estudantes do Ensino Médio querem aprovação, se preparar para o vestibular, fazer um

curso técnico profissionalizante, prestar concursos públicos, prepararem-se para o mercado de trabalho (SANTOS, 2019, p. 114)

Em um contexto marcado pelo avanço do projeto neoliberal ~~em voga~~ no país, projeto este que elegeu como inimigos o conhecimento, a universidade e os professores, a reflexão crítica através da defesa do ensino obrigatório da Filosofia no ensino média é uma necessidade. Isto, porque

No contexto atual, o modelo neoliberal tem sido o maior responsável pela retirada do ensino de filosofia do currículo, pois está presente nas ações governamentais e em suas políticas, e, direta ou indiretamente direcionam os rumos das políticas educacionais, fazendo com que os governos adequem o currículo às ideologias de quem está no poder e, a filosofia passa a ser considerada desnecessária pelo sistema capitalista e pelo mercado, que busca a formação de mão de obra, desprovida de pensamento crítico. (COSTA, 2020, p.306)

A concepção de educação tecnicista e esvaziada de conteúdos que se apresenta com a proposta do “Novo Ensino Médio”, vê o ensino da Filosofia com algo “inútil” e ameaçador aos interesses econômicos e políticos hegemônicos no país.

Assim, a defesa do ensino da Filosofia consiste em um verdadeiro ato de resistência, e exige uma postura contundente e um poder maior de mobilização da sociedade em defesa tanto da Filosofia, como da valorização docente e da educação de forma geral.

CONCLUSÃO

Neste trabalho de dissertação objetivamos investigar e analisar a realidade do ensino da disciplina de Filosofia no âmbito das escolas particulares da cidade de Santarém-PA, tendo como parâmetro as perspectivas dos sujeitos envolvidos nesse processo, em especial, a professores de Filosofia atuantes nesse segmento de ensino. Para tanto, foram empregados questionários semiabertos, que subsidiaram as problematizações e as reflexões a respeito do ensino dessa disciplina, ainda tão estigmatizada, como foi-nos possível verificar, a partir dos dados coletados.

O recorte temporal, de 2005 a 2021, justifica-se a partir da revisão bibliográfica, relacionada às pesquisas a respeito do ensino da Filosofia no contexto do Ensino Médio brasileiro. A partir da revisão bibliográfica, constatamos que apesar da crescente quantidade de pesquisas relacionadas ao ensino da Filosofia no Brasil, sobretudo, a partir da obrigatoriedade da disciplina no Ensino Médio, no ano 2008, através da Lei N^a 11.684, essas pesquisas ainda estão concentradas no centro-sul do país, enquanto na região Oeste do Pará e na cidade de Santarém, ainda se observa a carência de trabalhos relacionados ao nosso objeto de pesquisa. Dado isso, a nossa pesquisa, se configura importante, principalmente, se levarmos em consideração, a atual conjuntura política do país, marcada por um constante processo de polarização ideológica, que inelutavelmente, afeta as políticas educacionais.

Com o intuito de desvelar o ensino da Filosofia, buscou-se uma fundamentação teórica amparada em autores como Gallo (2006) e Severino (2010), por onde foi possível problematizar o papel e a importância do Ensino da Filosofia na realidade do Ensino Médio brasileiro. A pesquisa preocupou-se em abordar, tendo como parâmetro os trabalhos de Alves (2000) e Rodrigues (2012), o processo histórico percorrido pela disciplina de Filosofia na Educação brasileira, desde a educação jesuítica até a sua obrigatoriedade no Ensino Médio, o que nos permitiu concluir que o ensino da Filosofia historicamente é marcado por contradições e fragilidades, o que faz com que ela muitas vezes esteja ameaçada, ou mesmo, excluída da Educação Básica, como se observou ao longo do regime militar, e no recrudescimento do neoliberalismo, por exemplo.

A Pesquisa empírica, a partir de uma abordagem qualitativa, buscou, tendo como referência os dados coletados nas falas dos professores, compreender de que forma a

disciplina de Filosofia se faz presente na realidade das escolas particulares da cidade de Santarém. Realizou-se, ainda, a aplicação de questionários junto aos Coordenadores Pedagógicos de Ensino Médio, para assim se ter acesso ao lugar e o papel do ensino da Filosofia nas escolas particulares de Santarém.

Consideramos que pensar a Educação e o ensino da Filosofia na cidade de Santarém são demandas que nos exigem um olhar bastante crítico. Santarém, mesmo sendo considerada um polo educacional na região Oeste do Pará, não dispõe, por exemplo, da oferta da Licenciatura em Filosofia, por parte de nenhuma Universidade Pública. O que se revela como um dos principais indícios da fragilidade do ensino na cidade.

Em relação às escolas particulares que disponibilizam o ensino médio, observamos que quase todas são de natureza confessional, e que estão concentradas, majoritariamente, na área central da cidade. Voltadas, portanto, aos interesses confessionais e elitizantes do conhecimento.

Apesar da disciplina de Filosofia ser, em tese, valorizada nos discursos dos coordenadores de ensino médio, o que se observou, tendo, como referência as falas dos professores de Filosofia que participaram da pesquisa, é que esta valorização tem um caráter quase que exclusivamente propedêutico. Isto é, a disciplina de Filosofia só encontra o seu valor dentro do processo de preparação do aluno para os vestibulares, em especial, o Enem. E este fato, se revelou ao longo da pesquisa, como um ponto de contradição, levando em consideração, sobretudo, a pouca quantidade de aulas que são destinadas a disciplina de Filosofia, quando comparada à outras disciplinas, consideradas mais "importantes", como a Matemática, Física e Língua Portuguesa.

Outro fato observado, e que nos possibilitou, concluir que o professor de Filosofia passa por um processo de desvalorização profissional, é que, em geral, ele também é o mesmo que atua como professor de Sociologia. Acarretando acúmulo de atividades, a exemplo, da preparação e correção de provas.

A partir da pesquisa, observamos, que boa parte dos professores atuantes no ensino privado apresentam a formação inicial específica, o que representa um avanço. Porém, observou-se também, que não é ofertada por nenhuma instituição incentivo ou políticas de

formação continuada aos seus professores.

Um fato muito preocupante observado nas falas específicas de dois professores entrevistados, é a existência cada vez maior da vigilância e cobrança sobre os docentes de Filosofia, em decorrência, sobretudo, do agudo processo de polarização política-ideológica que a país vem enfrentando nos últimos anos. Um dos professores entrevistados, relatou, inclusive, que foi demitido de uma grande escola particular da cidade, devido à pressão de pais, que o acusaram de "doutrinação ideológica". Uma outra professora relatou que já foi chamada pela escola a dar explicações sobre suas falas, devido, também, a pressão dos pais. Ou seja, o exercício da profissão, encontra-se cada vez mais vigiados e controlados, tanto pelos pais, como das próprias escolas, seja em relação resultados, seja por questões ideológicas.

A falta de políticas educacionais voltadas para a formação inicial e continuada do professor, combinada com a marginalização da disciplina de Filosofia, implica, numa prática de ensino marcada pela precarização, afetando assim, sobretudo, a qualidade das aulas de Filosofia no contexto do ensino médio. Desta forma, pode-se constatar que os professores de Filosofia atuantes nas escolas particulares de Santarém, estão inseridos dentro de um processo de desvalorização, que como frisamos ao longo do trabalho, não é uma especificidade da cidade de Santarém, mas é histórico, estrutural e profundo no país desde a colonização.

A história do ensino da Filosofia no Brasil é marcada pela descontinuidade, como podemos constatar na síntese histórica que apresentamos, e que se explicita ainda mais a partir da Reforma do Ensino de Médio de 2017, que retirou novamente a sua obrigatoriedade no ensino médio.

O ensino da Filosofia é, portanto, um desafio aos professores que enfrentam condições objetivas desfavoráveis, além da grande desvalorização da sociedade. Porém, para além das dificuldades, o ensino da Filosofia se faz imprescindível quando vislumbramos uma educação comprometida com a formação intelectual, crítica e cidadã dos educandos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Danton José. **O espaço da filosofia no currículo do ensino médio a partir da nova LDB (Lei Nº 9.394/96)**: análise e reflexões. Campinas, SP. [s.n], 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/wZxqxKBfhnKWMGSPzM8Rh4x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 set. 2020.

ASPIS, Renata Pereira Lima. **O professor de filosofia**: o ensino de filosofia no ensino médio como experiência filosófica. Campinas: Cad. Cedes, v. 24, n. 64, p. 305-320, set./dez, 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010132622004000300004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 05 ago. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (Ensino Médio)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 11 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 11.684/08**: Altera o art. 36 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Brasília, 02 jun. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111684.htm Acesso em 23 set. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 05 set. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 13.415/2017**: Altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 16 de fevereiro de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm Acesso em 27 Set. 2019

BODART, Cristiano Neves. **A PEC 55/2016**: entre o céu e o fim do mundo. Blog café com sociologia. 2016. Disponível em <https://cafecomsociologia.com/tag/eixo-sociologia-do-desenvolvimento/> Acesso em: 22 fev. 2021.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em Educação**. Tradução: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

CARMINATI, Celso Joao. **(Des) Razões da Retirada da Filosofia do Ensino Médio no Brasil**. Florianópolis, 2004. Disponível

em:<<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/download/1225/1038>.>
>05/08/2018 Acesso em: 05 mai. 2021

CARVALHO, Ednea do Nascimento. **A contextualização do ensino superior em Santarém - Pará**. Revista Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 26, 2015, p. 136-151. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/11689/13394> Acesso em: 07 mai. 2021.

CÉZAR, Maria Aparecida R. S. **O Notório Saber na visão de movimentos sociais e de professores da educação básica**. IV Congresso Nacional de Educação – CONEDU, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA2_ID5668_16092017234833.pdf Acesso em: 14 set. 2019.

COSTA, Régis. **O ensino de filosofia no Brasil e o contexto da reforma do ensino médio brasileiro em 2016**. petdefilosofiaufpr.wordpress.com, v. 18 , n. 2, agosto 2020. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/66875> Acesso em: 20 out. 2021.

FAGUNDES, Katherine Cortiana. **Filosofia no ensino médio: O que pensam os professores?** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), 2018. Disponível em https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/4810.pdf Acesso em: 10 jul. 2020.

FERREIRA, André Soares. **A Filosofia no currículo do ensino médio de Mato Grosso do Sul: aspectos normativos e conceituais**. Dissertação (Mestrado em Educação). – Dourados, MS: UFGD, 2012. Disponível em <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/625> Acesso em: 13 ago. 2020.

FORTES, Elenilson de Vargas. **Análise dos métodos educacionais no Brasil: descobrimento ao final do Império**. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí – UFG. Vol. 2 – n. 15, 2012. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/22332> Acesso em: 12 jul. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática educativa**. Editora paz e Terra, São Paulo, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Reforma de ensino médio do (des) governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres**. Movimento: Revista de Educação, Niterói, v. 3, n. 5, 2016. Disponível em <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32621> Acesso em: 15 set. 2021.

FURTADO FILHO, Veríssimo dos Santos. **A intermitência histórica e o lugar da filosofia no currículo médio paulista no período de 1961 a 2008**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo – Escola de Filosofia, letras e Ciências Humanas, 2018. Disponível em <https://ppg.educacao.sites.unifesp.br/images/dissertacoes/verissimo-dos-santos-furtado->

filho.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

GALLO, Silvio. **A filosofia e seu ensino: conceito e transversalidade**. RIO DE JANEIRO, V.13, N.1, P.17-35, 2006. Disponível em <http://docplayer.com.br/19375149-A-filosofia-e-seu-ensino-conceito-e-transversalidade.html>. Acesso em: 20 dez.2020.

GALLO, Silvio. **Ensino de filosofia: tendências e desafios**. Filosofia e educação- v. 4, n. 1- Abril-setembro de 2012. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635434/3227> Acesso em: 19 dez. 2020.

GAMBOA, Silvio Ancisar Sánches. **PESQUISA QUALITATIVA: Superando tecnicismos e falsos dualismos**. Contrapontos – volume 3 – n. 3 – p. 393 – 405 – Itajai. set/dez. 2003. Disponível em <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/735> Acesso em: 06 fev. 2020.

GOCH, Greice Jurema de Freitas. **Políticas educacionais da Secretaria Municipal de Educação de Santarém no período de 2003 a 2016**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Oeste do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017. Disponível em <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/236> Acesso em: 15 jul. 2020.

GODÓI, Priscylla Krone M. C. S de. **Saberes dos professores de Filosofia de Ensino Médio: entre a formação e a prática**. Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de Santos, Programa de Mestrado em Educação, 2013.

GOMIDE, Denise Camargo; JACOMELI, Mara Regina Martins. **Notório Saber: Desregulamentação da formação docente na lei da Reforma do Ensino Médio**. Anais, 2017. Disponível em http://anaisbr2017.redeestrado.org/files/abstracts/000/000/597/original/GOMIDE_E_JACOMELI_-_TRABALHO_COMPLETO.pdf. Acesso em: 03 set. 2019.

GONTIJO, Pedro. **O ensino da filosofia no Brasil: Algumas notas sobre avanços e desafios**. Perspectivas, v. 2, n. 1, p. 3-17, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/perspectivas/article/download/3736/9734/> .> Acesso em: 01 jul. 2020.

GONTIJO, Pedro. **Ensino na Educação Filosófica**. Pólemos, Brasília, vol 4, n 7, jan –jul 2015. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/polemos/issue/view/1042>. Acesso em: 01 jul. 2020.

GONTIJO, Pedro; VALADÃO, Erasmo Baltazar. **Ensino de filosofia no ensino médio nas escolas públicas no distrito federal: história, práticas e sentidos em construção**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n. 64, p. 285-303, set./dez. 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/jdB7c4PJ4gYN6kBZkdTqHNG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

IZAGUIRRY MARÇAL Kátiuska. **Filosofia na escola:** a constituição da disciplina a partir das práticas docentes. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Santa Maria – Programa de Pós-graduação em educação, 2012. Disponível em <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/7032/MARÇAL%2C%20KATIUSKA%20IZAGUIRRY.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 set. 2021.

JESUS, Nadja Azevedo; OLIVEIRA, Deivide Garcia da Silva; QUEIROZ, Lília Ferreira Souza; SILVA, Thaís Soares. **Sobre o lugar da filosofia no ensino médio e na educação científica.** Revista de Educação Ciência e Tecnologia, v.9, n.2, 2020. Disponível em <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/4355>. Acesso em 23 abr. 2020.

KAY, Márcia. **O ensino de Filosofia na Educação Básica:** em busca de um currículo crítico e emancipatório. Dialogia, São Paulo, n. 14, p. 139-154, 2011.

LAGO, Maria do Socorro Bergeron. **Relatório do projeto de pesquisa:** “A Filosofia na formação do educador: Reflexo no processo ensino-aprendizagem”. Ufpa, Santarém, 2000.

LIMA, Marinete Costa de. **Programa ensino Médio Inovador:** Universalização do ensino Médio m Santarém-Pa, no período de 2012 a 2014. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Oeste do Pará – Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018. Disponível em http://www.ufopa.edu.br/ppge/images/dissertacoes/turma_2016/Marinete_Lima.pdf. Acesso em: 15 dez, 2020.

MACEDO, Jussara Marques de. **Reconhecimento do notório saber e a inclusão excludente do professor na educação básica:** qual o lugar da universidade na formação? Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 21, n. esp.2, p. 1239- 1259, nov. 2017. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/322111255_Reconhecimento_do_notorio_saber_e_a_inclusao_excludente_do_professor_na_educacao_basica_qual_o_lugar_da_universidade_na_formacao. Acesso em 19 mai. 2021.

MACIEL, Lizete Bomura; NETO, Alexandre Shigunov. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro:** algumas discussões. Educar, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Editora UFPR Disponível em <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/12806>. Acesso em 07 jun. 2020.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia.** Dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2011.

MENDES, Vanderlei da Silva. **Perspectivas para o ensino da filosofia.** X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014 Disponível em http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/739-0.pdf. Acesso em 27 mar. 2020.

MORAES, Simone Becher Araújo; TOMAZETTI, Elisete Medianeira. **Formação de Professores e Desafios da Escola.** Sinop, v. 7, n. 2, ed. 19, p. 744-758, jun./jul.,2016. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/download/2095/1770>.

>: Acesso em: 03 ago. 2019.

PARÁ. Conselho Estadual de Educação. **Documento Base do Plano Estadual de Educação, Belém, 2014** Disponível em http://www.cee.pa.gov.br/sites/default/files/PLANO%20ESTADUAL%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O06052015_0.pdf. Acesso em 04 fev. 2020.

PEREIRA, Ricardo; SILVA, José Roberto. **Diagnóstico sobre o ensino médio no Pará.** CEE. Conselho Estadual de Educação, Belém, 2013. Disponível em <http://www.cee.pa.gov.br/sites/default/files/ESTUDO%20SOBRE%20O%20ENSINO%20M%C3%89DIO%20NO%20ESTADO%20DO%20PAR%C3%81.pdf>. Acesso em 09 jun. 2020.

PERENCIN, Tiago Bretan. **A formação do professor em Filosofia no Brasil: restrição de pensamento e testemunho.** Campinas, SP: Filosofia e Educação [RFE], v. 9, n.2, p. 23-47, jun./set., 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/download/8649620/16335> >. Acesso em: 28 jun. 2019.

PIOLLI, Evaldo. **O golpe de 2016 e a educação no Brasil.** Uberlândia: Navegando Publicações, p. 101-113, 2018. Disponível em <https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseducacao/article/view/4551>. Acesso em: 11 jan. 2021.

QUEIROZ, L. M. G; VALE, C; SANTOS, T. F. A. M dos. **A educação pública básica no Pará na ótica do sistema paraense de avaliação educacional – SISPAE.** Educação: Teoria e Prática, v. 28, n. 59, p. 566 – 582, 2018 Disponível em <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/12240>. Acesso em 25 mar. 2021.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da Educação brasileira: A organização escolar.** 13. ed. Campinas, SP. Autores associados, 1993.

RODRIGUES, Zita Ana Lago. **O ensino da filosofia no Brasil no contexto das políticas educacionais contemporâneas em suas determinações legais e paradigmáticas.** Educar em Revista. Curitiba, Brasil, n. 46, p.69-82, out-dez 2012. Editora UFPR Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/37524>. Acesso em 18 abr. 2021.

SANTOS, Fabio Ronaldo Meneghini dos. **Ensino de filosofia: desafios e possibilidades da docência no ensino médio na contemporaneidade.** Revista Digital de Ensino de Filosofia |periodicos.ufsm.br/refilo | vol.5 n.2 – jan./jun. 2019 Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/35802>. Acesso em 22 abr. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro.** Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível

em

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Editora autores associados - 11ª Edição – 1996 Disponível em <https://documentos.tips/document/demerval-saviani-do-senso-comum-consciencia-filosofica.html>. Acesso em: 13 jul. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Vicissitudes e perspectivas do direito à Educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual**. Educ. Soc., Campinas, v. 34, n. 124, p. 743-760, jul.-set. 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/BcRszVFxGBKxVgGd4LWz4Mg/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 fev. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4º Edição. Campinas/SP: Autores Associados, 2013 - (Coleção memória da educação)

SENADO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2005. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 09 set. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Formação Política do adolescente no ensino médio: a contribuição da filosofia**. Pro-Posições, Campinas, v.21, n.1 (61), p. 57-74, 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pp/a/PYh8NjXvwPyKC66hKHg3LPM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29/ jul. 2020.

SHIGUNOV NETO, A., Strieder, D.M., & Silva, A.C. da. (2019). **A reforma pombalina e suas implicações para a educação brasileira em meados do século XVIII**. Tendências Pedagógicas, 33, 117-126. doi: 10.15366/tp2019.33.009 Disponível em <https://revistas.uam.es/tendenciaspedagogicas/article/view/tp2019.33.009> Acesso em 05 out. 2021.